



Universidade para o Desenvolvimento do Estado
Plano de Metas do Govêmo
Secretaria de Educação e Cultura
Conselho Estadual de Educação

M35
P1

SANTA CATARINA

**COLÓQUIO ESTADUAL SÔBRE
ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS
DE ENSINO (CEOSE)
M E C - U N E S C O**

Entidade Coordenadora: FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Florianópolis - Julho - 1.967

CONTEÚDO DE UM PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CONTEÚDO DE UM PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

I - DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS

Introdução: Filosofia geral da Secretaria:

- a) relações com os sistemas de ensino federal, municipal e particular;
- b) objetivos econômicos, sociais e culturais do processo educacional.

xxxxxxx

A - ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO - Onde?

B - ENSINO PRIMÁRIO

1. Urbano (4 ou 5 anos)
2. Rural (faixas educacionais?)
3. Repetência (promoção automática ou semi-automática)
4. Deserção
5. Matrícula tardia
6. Ensino técnico ao nível primário.

C - ENSINO GINASIAL

1. Orientação deste ensino: estudos de demanda de mão-de-obra.
2. Articulação entre o 5º e 6º anos primários e 1ª e 2ª séries do ginásio.
3. Obrigatoriedade do ensino ginasial.

D. ENSINO COLEGIAL

1. Orientação deste ensino: estudos da demanda de mão-de-obra.
2. Critérios econômicos - prioridades:
 - a. ensino secundário
 - b. ensino industrial
 - c. ensino comercial
 - d. ensino agrícola
 - e. ensino normal
 - f. ensino outros

E - ENSINO UNIVERSITÁRIO

1. Responsabilidades da Secretaria.
2. Cálculo da demanda de profissionais.
3. Criação de novas faculdades e institutos.
4. Problema da articulação do ensino médio com o superior.
5. Problema do Vestibular.
6. Colégios Universitários.
7. Formação do Magistério Secundário e dos professores universitários.

F - EDUCAÇÃO DOS ADULTOS

1. Alfabetização.
2. Desenvolvimento da comunidade
3. Treinamento industrial (SENAI)
4. Treinamento comercial (SENAC)

G - PROBLEMAS ESPECIAIS

1. Política Social:
 - a. bolsas - internados
 - b. alimentação escolar
 - c. distribuição geográfica (problema das zonas rurais de população dispersa)
 - d. extensão futura da obrigatoriedade.
2. Política cultural
3. Utilização de novos meios:
 - a. rádios educativas
 - b. televisão educativa
 - c. instrução programada
 - d. filmes
 - e. ensino por correspondência
4. Política pedagógica:
 - a. orientação da pesquisa educacional
 - b. reforma de programas educacionais
 - c. treinamento de professorado
 - d. classes de recuperação
 - e. calendário escolar
5. Política administrativa:
 - a. reforma
 - b. controle do material e dos edifícios
 - c. treinamento dos funcionários administrativos
 - d. orientação e fiscalização dos convênios.

xxxxxx

II - ASPECTOS QUANTITATIVOS DO PLANO

A - ESTUDO DEMOGRÁFICO

1. População em cada povoado e município (separar zonas urbanas e rurais). Estrutura por grupos etários.
2. Tendências demográficas históricas.
3. Fatores econômicos ou sociais que modificarão as tendências históricas.
4. Evolução provável 1967/76 - por município (urbano e rural).
5. Compatibilização das projeções demográficas baseadas sobre tendências não-históricas ou com a evolução total da população do Estado.
6. Mapas geográficos, por municípios e regiões, da distribuição demográfica.

B - MATRÍCULA

1. Por Escola, por povoado, por município (parte rural parte urbana), estatísticas da matrícula geral no início / do ano, e efetiva, no fim do ano, por série e por turnos / de cada sistema escolar (pré-primário, primário, médio, superior, supletivo, incluindo SENAI, SENAC, etc).
2. Estatística do número de repetentes correspondentes à matrícula total descrita em (B 1).
3. Normas atuais de repetição, evasão, matrícula tardia e acesso a sistema de ensino.
4. Mapas geográficos, por municípios e regiões, da distribuição da matrícula.
5. Conclusões (cada sistema escolar).
6. Candidatos, Aprovações. Vestibulares.

C - RECURSOS HUMANOS

1. Cálculo do número total de pessoas:
 - a. com grau universitário (discriminar por tipo de especialização - academia e atividade atual)
 - b. com estudos superiores, sem concluir (discriminar tipo de especialização acadêmica e atividade atual)
 - c. com estudos de nível colegial, concluídos (discriminar por tipo de especialização e atividade atual)
 - d. com estudos colegiais, sem concluir (discriminar por tipo de especialização e atividade atual)
 - e. com estudos ginasiais
 - f. com estudos de nível primário, concluído
 - g. com estudos de nível primário, sem concluir
 - h. que somente terminavam a primeira série do ensino primário.
 1. analfabetos.
2. Cálculo dos contingentes desejáveis em 1976, de acordo com os objetivos econômicos, sociais e culturais (Grupos (a) a (i) - pergunta C - 1.

D - CÁLCULO DA MATRÍCULA DESEJÁVEL

1. Definição dos níveis de repetência, evasão, de matrícula tardia, de acesso ao sistema de ensino, de turnos, que poderão ser obtidos em 1976.
2. De acordo com a aplicação das projeções, demográficas e com os níveis definidos em (D - 1), cálculo da matrícula em 1976, por série, ensino primário e ginásial.
3. De acordo com projeções demográficas gerais e estudo dos contingentes desejáveis, cálculo da matrícula em 1976, por série, ensino - colegial e universitário (discriminar tipo de ensino).
4. Compatibilidade das cifras das matrículas e com as projeções demográficas e as dos recursos humanos.
5. Apresentação do fluxo 1967/76, de acordo com a situação existente e a situação desejável.
6. Mapas geográficos da distribuição da matrícula desejável em 1976, por municípios e regiões.

E - SITUAÇÃO DO PROFESSORADO

1. Por escola, por povoado, por município (zonas urbanas e rurais), número de professores das escolas pré-primária, primárias, ginásiais, colegiais, superiores.
Analisar:
 - a. graus ou diploma dos professores
 - b. número de anos de estudo dos professores (estudos de nível médio ou superior)
 - c. número de anos de experiência docente dos professores
 - d. treinamento especial (curso de supervisores, etc)
 - e. especialidades (ciências, matemática, etc.)
 - f. salários e demais vantagens: (discriminar entre professores de tempo completo e professores trabalhando "por aulas").
2. Modificações desejáveis do nível de educação, experiência, especialização, salários dos professores, entre 1967-1976.
3. Cálculo da estrutura desejável do professorado em 1976, de acordo com matrícula prevista, e aplicação das normas definidas em (B-2) Custos.
4. Cálculo da demanda anual previsível de professores de vários tipos, 1967-1976. Custos.

F - SITUAÇÃO DOS EDIFÍCIOS ESCOLARES

Por escolas, povoados, municípios (zonas urbanas e rurais):

1. Número de escolas (todos os níveis e sistemas de ensino).
2. a. salas de aula - número m^2
 b. outras salas - número m^2 (especificar: biblioteca, gabinete dentário, internato, etc)
 c. áreas construídas - m^2 (especificar uso)
 d. material empregado na construção - das paredes da cobertura
 e. disponibilidades em:
 I - água (especificar tipo)
 II - eletrecidade
 III - esgotos (ou fossa séptica)
 IV - gás
 V - instalações sanitárias (número, equipamento)
 f. valor provável:
 I - total de cada escola (nova construção)
 II - unitário - cada escola - m^2
 III - aluguel (especificar proprietário)
3. Estado físico das escolas:
 a. avaliação dos reparos necessários - por escola.
 b. avaliação de um orçamento adequado de conservação e reparos por escola.
4. Número de escolas, salas de aula e outras salas, desejáveis em - 1976 para matrícula prevista.
5. Mapas geográficos da distribuição desejável das escolas de vários níveis e sistemas, por municípios em 1976.
6. Utilização de ônibus escolares para a concentração dos alunos - Custo de compra e operação dos ônibus - 1967/76.
7. Cálculo do valor das construções entre 1967 e 1976 (reparos, expansões, novas construções).
8. Programa de investimento cada ano entre 1967 e 1976 e orçamento - para pagamento de aluguel.

G - EQUIPAMENTO ESCOLAR E DEMAIS PROGRAMAS

Por escolas, povoados, municípios (zonas urbanas e zonas rurais):

1. Disponibilidade em material e equipamento escolar.
 Material de consumo e de expediente. Material semi-durável e durável de todas as categorias (especificar). Material durável inclusive mesas, cadeiras, armários, estantes, fichários, arquivos, quadro-negros, globos, mapas).

2. Custo do material disponível (custos unitários, custos totais para cada escola, custos totais para os sistemas escolares).
3. Custo provável, anual das necessidades em materiais e equipamentos entre 1967 e 1976.
4. Estatísticas "físicas" e custos dos atuais programas de:
 - a. alimentação escolar
 - b. audiovisual (inclusive instrução programa e filmes)
 - c. rádio e televisão educativas
 - d. classes de recuperação
 - e. caixa escolar
 - f. associação de pais e mestres
 - g. orfeão
 - h. clube agrícola
 - i. escotismo
 - j. pelotão de saúde
 - k. clube de leitura
 - l. cooperativa escolar
 - m. exposições
 - n. excursões
 - o. assistência dentária
 - p. assistência médica
 - q. outros
5. Estatísticas físicas e custos prováveis dos programas G 4 em 1976 e custos anuais entre 1967 e 1976 por sistemas escolares e por regiões.
6. Estatísticas "físicas" e custos dos atuais programas de:
 - a. treinamento de professores
 - b. treinamento de administradores
 - c. alfabetização
 - d. desenvolvimento da comunidade
 - e. treinamento industrial, comercial, agrícola, dos adultos
 - f. bolsas
 - g. ensino por correspondência
7. Estatísticas "físicas" e custos prováveis dos programas G 6 em 1976 e custos anuais entre 1967 e 1976.

H - INVENTÁRIO DO PESSOAL NÃO-DOCENTE

POR ESCOLA

1. Sistema de ensino - número, educação, diplomas, número de anos de anos de experiência, salários, de:
 - a. diretores
 - b. reitores
 - c. regentes
 - d. secretários
 - e. demais pessoal administrativo - não incluído em estatísticas
 - f. operários
 - g. serventes
 - h. outros (especificar).
2. Sistema administrativa (Secretaria de Educação e Cultura, Inspetorias, Delegacias e Supervisores).

POR ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Número, educação, diplomas, número de anos de experiência, salários/de:

- a. secretários
 - b. assessôres, diretores, chefes de departamentos, divisões ou setores
 - c. técnicos (nível superior, médio, etc....)
 - d. pessoal de secretaria
 - e. operários (inclusive choferes)
 - f. serventes
 - g. delegados
 - h. inspetores
 - i. supervisores
 - j. outros (especificar).
3. Manutenção e custos do pessoal não-docente de 1967 a 1976 (cada / área), de acôrdo com os programas de matrículas e escolas.

J. - EQUIPAMENTO? MATERIAIS E EDIFÍCIOS DO SISTEMA

ADMINISTRATIVO

1. Edifícios - disponibilidades em metros-quadrados; número de salas para:
 - a. uso administrativo
 - b. demais usos (áreas sociais, sanitários, etc)
(discriminar salas situadas em escolas e em demais edifícios).

2. Custos atuais dos edifícios:
 - a. investimento (valor de substituição)
 - b. reparos e conservação anual.
3. Qualidades e valor dum programa de construção, ampliação, reparos, entre 1967 e 1976, por ano.
4. Equipamento e móveis, por edifício:
 - a. quantidades
 - b. valor
5. Número, valor, gastos de custeio dos veículos. Projeções 1967/76.
6. Quantidades e valor dum programa de equipamento e material 1967/76.

++++++

III - PROGRAMAS QUALITATIVOS

1. Reforma dos programas escolares
2. Melhoria dos níveis pedagógicos em primeira série primária:
 - a. utilização dos professores com altas qualificações e experiências
 - b. eliminação dos sistemas de séries simultâneas
 - c. promoção automática ou semi-automática.
3. articulações entre primário e médio, médio e universitário:
 - a. ginásio para o trabalho
 - b. o sinásio como continuação da escola primária
 - c. último ano propedêutico ou sistema de vestibular
 - d. dologio universitários
 - e. orientação das bolsas.
4. Contrôlo pedagógico:
 - a. utilização dos supervisores
 - b. supervisão dos sistemas particulares, municipais e federais.
5. Calendário escolar.

++++++

IV - CUSTOS TOTAIS DO PLANO

Os custos do plano deverão ser calculados para o período de 1967 a 1976, por ano, de acôrdo com:

A - NÍVEL DE ENSINO E SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

1. Pré-primário
2. Primário
3. Ginasil
4. Colegial (vários tipos)
5. Superior (vários tipos)
6. Adultos (varios tipos)
7. Programas especiais (vários tipos)
8. Administração escolares
9. Administração dos sistemas de ensino

B - TIPOS DE DESPESAS

1. Salários
2. Demais remunerações e pagamento de pessoal
3. Material de consumo imediato (instrumento-equipamento),
(discriminar ensino e outros)
4. Material semi-permanente (instrumento-equipamento),
(discriminar ensino e outros)
5. Móveis, material e equipamento permanente (discriminar
ensino e outros)
6. Novas construções, reconstruções
7. Reparos maiores
8. Conservação dos edificios e móveis
9. Demais investimentos
10. Bolsas

C - SISTEMAS DE ENSINO

(Federal, Estadual, Municipal, Particular).

..0..

V - FINANCIAMENTO DO PLANO

A - INVENTÁRIO E PROJEÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

I. Contribuições:

- a. SEC
- b. MEC
- c. USAID
- d. Particulares
- e. Municipais
- f. União
- g. Outros

B - PROJEÇÕES DA PROVÁVEIS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS

1. Análise da evolução provável do orçamento estadual
2. Dos orçamentos municipais
3. Das contribuições da União
4. Das contribuições dos particulares
5. De outras contribuições

C - DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

1967 - 1976

D - RECAPITULAÇÃO

Despesas e recursos cada ano entre 1967 e 1976.

VI - REFORMAS ADMINISTRATIVASA - SECRETARIA

- Relações com o Conselho Estadual e com as demais Secretarias.

B - FAIXA DE ASSESSORAMENTO

1. Planejamento
2. Orçamento-programa
3. Legal
4. Pedagógica (pesquisas educacionais)
5. Fiscalização investimento e convênios

C - FAIXA DE ATIVIDADES-MEIO

(Departamento Administrativo)

1. Contrôles pessoal
2. Contrôles edifícios e reparos
3. Contrôles distribuição material escolar
4. Contrôles inspetores
5. Contrôles despesas

D - FAIXA DE ATIVIDADES-FIM

(Departamentos de ensino primário, médio e superior)

1. Contrôles técnico pedagógico

2. Programas de treinamento de professorado
3. Contrôles supervisores

E - SERVIÇOS GERAIS

1. Estatística e Cadastro Funcionais.

.... 0

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS
SERVIÇO DE LEVANTAMENTO, PESQUISAS E INQUIRITOS
SETOR DE PESQUISAS SOCIAIS

Samuel B. Pessôa

SÔBRE O ESTADO SANITÁRIO DOS HABITANTES DOS DISTRITOS RURAIS DA ILHA DE SANTA CATARINA E ALGUMAS SUGESTÕES PARA SUA MELHORIA.

(In Revista brasiliense, 1961, nº 38, pp. 125/139)

1. - Durante nossa estada na Ilha de Santa Catarina, como professor de Parasitologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Santa Catarina, tivemos a oportunidade de visitar grande número de localidades situadas na zona rural do Município de Florianópolis. Podemos então observar as condições sanitárias gerais da população em aprêgo, bem como a possibilidade da melhoria das mesmas, mediante uma melhor articulação de serviços já existentes e destinados precisamente ao seu amparo. A Ilha de Santa Catarina mede cêrca de 50 km de comprimento por 15 km na maior largura. É formada de maciços montanhosos ligados entre si por terrenos relativamente planos. Uma serra com cêrca de 600 metros alonga-se na direção N.-S., em quase tôda a sua extensão. A parte norte da Ilha, onde se encontram algumas localidades como Itacorubi e Lago Grande, são pouco habitadas; já nas encostas menos íngrenes, em muitos lugares pedregosos, comprime-se os lotes dos colonos, em geral descendentes dos agorianos vindos no século XVIII. Os seus lotes, em consequência de partilhas por herança, chegam a ter apenas 10 ou 20 metros de frente por 2, 3 ou mais quilômetros de fundo. A faixa do mar ou das lagoas é habitada por pescadores. Nas pequenas localidades da zona rural da Ilha a população cultiva principalmente a banana, café, mandioca e feijão. As casas desprovidas de instalações sanitárias são de alvenaria, porém encontram-se freqüentemente habitações de pau-a-pique com revestimento de rebôco. Em algumas áreas encontram-se também casas só de madeira ou pau-a-pique sem rebôco. Ao redor das residências há geralmente pequenas plantações de cafeeiros sombreadas por bananeiras ou por ingazeiros.

2. - Queremos, em primeiro lugar, salientar o fato de que, devido aos inúmeros afazeres que acarretavam o cargo que vínhamos exercendo na Faculdade de Medicina local, não podemos apresentar dados concretos nem estatísticas baseados em estudos minuciosos, sobre as condições sanitárias por nós encontradas no meio rural do Município, porém, antes uma impressão geral do que pudemos notar em rápidas visitas feitas nos únicos dias disponíveis que tínhamos, isto é, aos sábados e domingos, a numerosos grupos populacionais dos distritos rurais da Ilha de Santa Catarina.

Grenos, entretanto, que estas impressões serão fatalmente confirmadas por estudos posteriores que venham a realizar-se, pois as condições gerais de saúde por nós verificadas, representam, temos a certeza, a realidade que demonstrarão pesquisas outras baseadas em investigações mais minuciosas e que demandem maior espaço de tempo e dados laboratoriais mais especializados.

3. - De uma maneira geral, o que pudemos verificar foi um estado de abandono desde o relativo até o mais absoluto, em que se encontram os pequenos núcleos de habitantes situados nos distritos rurais mais distantes, da ilha. (1) Com efeito, o que se observa é que os serviços assistenciais existentes na cidade e que socorrem as populações urbanas, não se vêm estendendo às zonas rurais.

É necessário pois, em primeiro lugar, firarmos este fato, isto é, a existência de numerosas organizações localizadas na cidade, dando assistência à parte da população urbana mais próxima delas, e de outro lado a quase totalidade das populações dos distritos rurais sem possibilidades de receber o bafejo que lhes é tão necessário de tais organizações. Quanto mais distantes se situam e mais pobres se mostram tais populações, maior a dificuldade de procurarem - quem do necessitam, o amparo médico ou medicamentoso dos institutos especializados localizados na cidade.

4. - Para confirmar o que acabamos de expor daremos um exemplo objetivo. Tomemos o caso concreto da localidade de Pântano do Sul, formada por 170 a 180 casas, com cêrca de 900 a 1.000 habitantes. Verifica-se a inexistência de qualquer espécie de instalação sanitária (a não ser duas ou três casas providas de fossas), de farmácia, mesmo muito modesta e por conseguinte de qualquer espécie de medicamento, mesmo de maior urgência, afinal a falta de qualquer sorte de assistência médica. Observamos casos de ancilostomose pronunciados, pois examinamos crianças e adultos fortemente anemiados e apresentando sintomas bastante acentuados de infestação helmíntica: palidez, cansaço, batadeira do coração, desânimo, etc. Parece não haver serviço-sistemático de vacinação preventiva, pois soubemos do falecimento de uma criança vitimada pelo crupe, óbito dado poucas semanas antes de nossa visita, só após o qual foi feita a vacinação antidiftérica, nas crianças da localidade.

Não há também assistência local destinada à proteção dos lactentes que são criados na base de métodos tradicionais, como papo de banana verde em casos de diarréia, nenhum cuidado quanto à possibilidade do tétano umbilical, etc. Aliás, quanto a isto, deve-se notar - que, apesar de não termos dados concretos, o tétano neonatorum, pos-

sivelmente deve ser causa de óbitos, pois ne informaram ser uso, em certas localidades e entre os mais incultos, o colocar-se o estrume de cavalo na cicatriz umbilical da criancinha, logo após a queda do cordão umbilical, a fim de "cortar doenças". Ora, êste é o processo mais eficiente e mais direto para a determinação da terrível infecção-tetânica, que tantos óbitos ocasiona entre os recém-nascidos. Só um sistema de educação sanitária permanente poderá transformar tais hábitos e concepções anti-higiênicos em outros mais consentâneos com a conservação da saúde e a preservação das doenças. Também examinamos os dentes de vários habitantes da localidade e pudemos verificar a falta de cuidados, os mais simples, para sua conservação, de que resultam cáries que determinam fortes nevralgias e infecções, incapacitando-os para o trabalho, às vòzes por vários dias. Aliás, é comum encontrarem-se pescadores com lenços ao redor das faces para sua proteção contra o vento frio do sul e evitar as terríveis dores de dentes, que tanto os fazem penar.

5. - De são estas as afecções que mais urgentemente necessitam de assistência dos poderes públicos, pode-se ainda acrescentar outras que tivemos ocasião de observar em nossas inspeções tais como: casos de reumatismo e de febre reumática, amigdalites (Ponta Grossa, Jurerê, p. ex.); úlceras tropicais e inflamações erisipelatóides da pele (Ponta Grossa, Praia dos Inglêses, (2) etc.); disenteria ou estados disentéricos de etiologia obscura. Vimos ainda pacientes com elefantíase filariótica, já assistidos pelo D.M.D.Ru. Queremos ainda deixar registrado a existência de certas afecções muito raras como a disenteria balentidiana, ainda não assinalada no Estado de Santa Catarina, e que observamos dois casos com exame microscópico positivo para "*Balantidium coli*". Êste protozoário é um parasita normal do porco, - (*Sus scrofa domesticus*), e que raramente se transmite ao homem e neste caso, em geral, quando os suínos são criados em promiscuidade com o ser humano, o que se verifica em várias localidades por nós visitadas da Ilha. Também diagnosticamos um outro caso de paciente (criança) albergando o "*Hymenolepis diminuta*", parasita normal do rato caseiro, e que raramente é encontrado parasitando o homem. Êste parasitismo pode nos indicar que há abundância de ratos na Ilha e frequência dêstes roedores nos domicílios humanos. Parece-nos não existir organismo algum, na Ilha, destinado ao contròle de ratos domésticos.

6. - Tivemos ocasião de indagar o que fazem ôles em caso de doença. Fomos informados que, em tais casos, o doente tinha de tomar um ônibus até à cidade, o que muitas vòzes não era possível em vis-

tá do alto preço da passagem, que, realmente custa, para certos trajetos, até 130 cruzeiros!

No caso de o doente poder arcar com esta despesa inicial, consultava um médico da cidade e, se depois ainda se sentisse enfermo, então os primeiros medicamentos comprados ou a natureza deveriam resolver a moléstia. Se o paciente era muito pobre e não tinha recursos para ir à cidade consultar médico, usava unicamente medicamentos caseiros e pílulas de aspirina, cibalena, etc.

7. - A falta generalizada de instalações sanitárias resulta em uma infestação verminótica universal. É o que demonstram os inquéritos realizados pelo P.M.B. em pacientes que procuram seu ambulatório situado na cidade. Os positivos resultados alcançam cerca de 97% dos examinados, o que confirma os dados já mais antigos do inquérito realizado por Pellon e Teixeira em 1953, bem como de um ilustre pesquisador de Florianópolis, Dr. Miguel Cavalcanti, que encontrou 58% de crianças até um ano de idade já parasitadas pelo *Ascaris* e *Tricocéfalus*, tendo verificado que a helmintose se inicia aos 3 meses de idade.

A ancilostomose e a ascariidiose são de extrema gravidade; segundo tivemos notícia a ascariidiose, principalmente, determina quadros dos mais severos, pois um único cirurgião de Florianópolis operou, somente em cerca de um ano e meio de clínica 93 casos de *Ascaris* no canal colédoco. É esta a maior estatística de nosso conhecimento neste campo de patologia. Os casos de morte pela ancilostomose são frequentes, não só nos de terra idosa como em maiores de 10 anos. Nos poucos no curto espaço de tempo de nossa estada na Ilha e afastados da clínica hospitalar, tivemos ocasião de examinar as fezes de uma criança de 9 anos de idade que apresentava número assombroso de ovos de *Ascaris* e ancilóstomos e que veio a falecer por absoluta falta de assistência médica.

8. - Muito pode ser feito quanto à melhoria da alimentação entre tais populações. A alimentação dos habitantes dos distritos rurais é, em geral, medíocre, monótona e carente. Além do peixe que é a base da dieta, nos que nem sempre têm, devido aos longos períodos em que falta ou escasseia o pescado por causas algumas naturais como o mau tempo e por outras que serão adiante analisadas, com algumas frutas, em geral silvestres, e carnes de aves. (5) Os que criam porcos, aliás poucos, não fazem, em geral, uso desta carne, pois a vendem na cidade, a fim de apurar algum dinheiro para outras necessidades. A criação de galinhas e perus, parece não ser difícil,

porém, o que os desanima são os frequentes surtos de peste aviária - que dizimam, de um dia para outro, quase toda a criação. Pensamos - ser possível uma melhor assistência também neste campo, por meio de vacinação contra as pestes aviárias, demonstrações de melhores métodos de criação e de outros processos.

Quanto à possibilidade de incentivar a plantação de hortas e pomares está tudo por se fazer. Tal campo deve ser explorado pelo - serviço competente, bem como o ensino de métodos mais científicos de beneficiamento do café, o quê, melhorando o produto, aumentaria muito as rendas dos agricultores. (4)

9. - Segundo fomos informados, a pesca, profissão da quase totalidade dos habitantes dos vários distritos rurais da Ilha, vem encontrando sérios obstáculos, devido à existência de navios pesqueiros muito grandes (de 15 a 20 toneladas, segundo me disseram), vindos até do Rio e de Santos. (5) Estes barcos estendem grandes rêdes, impedindo a aproximação da trilha e de outros peixes das costas. Os pescadores ilhotas possuem somente pequenas balceiras, que por seu tamanho só poderão distanciar-se pouco da linha costeira e tal fato - vem se agravando de ano para ano, com grandes prejuízos para suas - pescarias com forte diminuição de suas rendas e, por consequente, da alimentação. Como é este um assunto que nos é estranho, aqui fica assinalado para melhor estudo das autoridades competentes.

10. - Entre as manufaturas artesanais, uma das mais espalhadas entre os habitantes femininos da Ilha é o de fabricação de rendas. As mulheres dos pescadores dedicam-se, em quase sua totalidade, ao ofício de rendeira, herçado que foi dos primeiros habitantes açorianos da Ilha do século XVIII. Dedicam-se elas ao fabrico de delicadas rendas, tais como as de bilros, e a tranóia, renda esta, das mais delicadas, parece-nos, unicamente encontrada na Ilha. A tranóia toma seu nome das complicações incríveis do fio, que requer habilidade manual extrema e uma paciência infinita, que só hábeis mãos femininas são capazes de tecer. Tais produtos são vendidos por intermediários que são outras mulheres que se encarregam deste comércio, mas todas auferindo pequenos lucros, que mal compensam o trabalho incrível que despendem na venda destes delicados artefatos. Daí a necessidade da criação de um organismo destinado não só à incentivação deste artesanato, como à produção das suas artífices e fim de que possam elas - ser melhor recompensadas em seu trabalho. (6).

11. - Um ponto importante e que queremos aqui focalizar é a necessidade da assistência eficiente à primeira infância, que pode ser parte precípua do serviço de educação sanitária. Não só as mulheres grávidas, como a parturiente e o recém-nascido, devem ser eficientemente amparados. Quanto ao serviço de educação sanitária se desdobraria em aquêlo destinado aos recém-nascidos, aos infantes, aos escolares e aos adultos. Em relação a êstes a criação de clubes de família ou de domas-de-casa, tal como se vem fazendo em outras regiões rurais do Brasil pelo D.M.B.Ru., poderia aqui ser tentado. Tais clubes seriam, no início, orientados por educadoras previamente instruídas neste particular e conhecedoras das condições sócio-econômicas dos moradores rurais da Ilha, e posteriormente seriam entre outras as mães residentes na localidade a ser trabalhada. Assim seriam melhor encaradas as questões da economia doméstica, bem como o uso de fossas, plantações de hortas, pomares, criação de aves, tratamento do lixo, etc.

12. - Quanto à importância da questão de como organizar-se uma melhor assistência às citadas populações rurais da Ilha, que abranja os diversos itens anteriormente considerados, propomos a constituição do que se pode denominar:

ASSISTÊNCIA AGRO-MÉDICO-SANITÁRIA-RURAL

A dita organização teria um carácter de cooperação amigável e de livre consentimento das diversas instituições governamentais, municipal, estadual e federal, que atualmente se encarregam da assistência às populações, nos diversos setores que lhes são próprios.

Colaborariam, desta forma as seguintes instituições:

I - Município

- Médicos
- Enfermeiros
- Umbulância
- Material

II - 1. Estado (Secretaria da Saúde)

- Médicos
- Enfermeiros
- Medicamentos

2. Faculdade de Assistência Social

- Assistentes sociais

3. Diretoria de Engenharia Rural

- Técnicos - saneamento

4. Diretoria de Produção Animal
 - assistência técnica
 - Assistência preventiva contra a peste aviária etc.
5. Diretoria de Produção Vegetal
 - assistência técnica
6. Diretoria de Caça e Pesca
 - Assistência técnica

III - União

1. Departamento Nacional de Endemias Rurais
 - Médico
 - Exames de laboratório
 - Medicamentos
 - Material
2. Legião Brasileira de Assistência
 - Pediatras
 - Farteiras-Leite em pó
 - Educadoras sanitárias
3. Pioneiras sociais
 - Ambulância (Hospital Volante)
 - Dentista
 - Educadoras sanitárias

13. - Em dia previamente determinado serão convocados os representantes das diversas instituições anteriormente citadas, a fim de que possam, ao tomar conhecimento desta exposição, deliberar sobre ela e considerar a necessidade da melhoria da assistência aos distritos rurais da Ilha de Santa Catarina, tal como foi disposto, de maneira geral, neste memorial. Estes mesmos representantes decidirão após como melhor organizar-se numa união de esforços de todos êles, com o fito de se dar uma mais perfeita assistência médica, preventiva e agrária aos habitantes da zona rural.

Serão então lançadas as bases da fundação do organismo que propomos se denomine provisoriamente: Assistência Agro-Médico-Sanitária Rural, que, paulatinamente, verificada a viabilidade de sua execução nesta Ilha, poderia estender-se a outras regiões rurais do Estado.

14. - A organização desta assistência poderá ser feita de várias formas; pedimos vênias para apresentar nossa sugestão neste particular, a qual, na reunião inicial poderá ser aceita ou substituída por outra, como melhor julgarem os dignos representantes das instituições anteriormente mencionadas.

15. - Propomos o seguinte: os representantes das instituições em número de dez, sendo que, um do Município, seis do Estado e três da União, de acordo com os diversos serviços citados no item 12. Serão escolhidos um presidente, um secretário e um coordenador.

Caberia ao presidente convocar e presidir às reuniões; ao secretário a feitura da ata e ao coordenador, a coordenação de todos os serviços técnico-administrativos, bem como a parte econômica. Na primeira sessão serão ainda escolhidos dois membros que, conjuntamente com o coordenador redigirão o estatuto geral que dará as normas necessárias para o bom funcionamento da novel Assistência Rural. Tudo, entretanto, deverá repousar em compromissos livremente assumidos e aceitos na base do maior entendimento e de cooperação amigáveis dos vários representantes. A novel organização terá um único fim: dar a melhor assistência possível aos habitantes dos distritos rurais da Ilha de Santa Catarina.

16. - A assistência que se propõe, diz respeito:

- a) Assistência médico-terapêutica
- b) Assistência preventiva
- c) Assistência agrária
- d) Assistência veterinária
- e) Educação sanitária e rural

a) Assistência médico-terapêutica - Consistirá no aparelhamento de um Hospital Volante (ambulância) que em determinado dia do mês percorrerá os vários núcleos dos distritos rurais da Ilha. Seus técnicos examinarão e tratarão dos pacientes por acaso acometidos de enfermidades agudas ou crônicas. Será dada especial ênfase a questão dos cuidados às crianças no primeiro ano de vida e aos escolares. Aqui deve ser incluída a assistência dentária, não só aos escolares como aos adultos.

b) Assistência preventiva - Consistirá no exame das gestantes, remoção de parturientes para as maternidades - higiene pré-natal bem como vacinação preventiva de adultos (principalmente das gestantes contra o tétano) e de crianças contra a varíola, tétano, difteria, coqueluche, poliomielite, etc. Aqui deve ser incluído o saneamento básico, no mínimo construção de fossas, poços, etc.

c) Assistência agrária - No fornecimento de sementes, enxertos etc. Combate às pragas da lavoura. Aqui deve ser incluído o ensino de horticultura, plantação e cuidados com árvores frutíferas, etc.

d) Assistência veterinária - Vacinação contra a peste aviária, fornecimento de ovos bem como o ensino de avicultura, suinocultura, etc.

e) Educação sanitária e rural - Talvez o mais importante dos itens, e deverá ser feito não só pela educadora sanitária, como pela educação agrária, veterinária, para aos poucos tentar-se transformar maus hábitos de higiene e obsoletos em hábitos e princípios de vida sadios e higiênicos.

No domínio da Educação Sanitária, queremos propor que se requirite a Educadora-Chefe do D.N.E.Ru, a fim de que ela organize nesta Capital um curso para a formação de Educadoras Sanitárias Rurais, assim como, posteriormente, poder-se providenciar sobre o desenvolvimento de núcleos rurais de educação sanitária, semelhantes aos que já vêm funcionando em subúrbios de João Pessoa, Macaíó, Aracaju com notável rendimento e muito sucesso, concorrendo para a criação de hábitos sanitários e melhoria geral da saúde de seus habitantes.

18. - Ao Coordenador caberá tarefas importantes na Assistência que acabamos de planejar; tais como a designação das diversas atribuições atinentes à assistência atrás discriminada, de acordo com os representantes dos serviços, seu bom funcionamento, coordenação dos mesmos, fiscalização, etc. Em cada núcleo populacional deverá ser escolhido um líder que entrará em relação mais estreita com a Assistência, podendo o mesmo, ao chegar a ambulância indicar ao pessoal técnico os que necessitam de cuidados médicos, os fatos que se passaram no intervalo das visitas, referentes às doenças ou outros acontecimentos de importância sanitária, transmitir as aflições e queixas da população quanto às questões de saúde, pragas de criação, etc. Será, se pudermos dizer assim, o representante da Assistência na comunidade considerada.

19. - Quero ainda chamar a atenção sobre a possibilidade de se lhes dar também assistência judiciária, a fim de que o homem rural se sinta mais amparado perante a lei, na defesa de seus direitos, principalmente quanto à posse de terras. Temos notado em nossas visitas que grande número se mostra intranquilo e alguns até angustiadados, ante a possibilidade de serem esbulhados de suas terras. O sentimento de posse da terra e o saber-se amparado pelas autoridades governamentais, os farão receber com boa vontade e simpatia qualquer outra medida de carácter sanitário e educativo.

20. - Lembramos, finalmente, a necessidade de ser estabelecida certa prioridade no desenvolvimento da assistência rural planejada. Deve-se no começo limitar-se às endemias mais disseminadas ou às

questões mais prementes, tais como as helmintoses (verminoses intestinais), pelo tratamento específico e medicação ferruginosa, construção de fossas; à proteção à vida e saúde dos infantes, a fim de diminuir a mortalidade infantil; às questões alimentares e às vacinações preventivas.

NOTAS

(1) Entre as numerosas aldeias e povoados da Ilha destacam-se: Ribeirão da Ilha, Pântano do Sul, Lagoa da Conceição, Trindade, Itacorubi, Santo Antônio de Lisboa, Sombagui, Ratonos, Inglêses do Rio Vermelho, Cachoeira do Bom Jesus, etc. Certas partes da região Norte da Ilha, como as planícies quaternárias de Itacorubi, Saco Grande e Canovieiras, possuem número menor de habitantes. Esta última é hoje praia de veraneio para os moradores da cidade, sendo, pois, mais povoada durante os meses quentes.

(2) "A Praia dos Inglêses é toda ela ocupada por pescadores. A aldeia dos Inglêses, graças à extensão da praia, dispõe-se frouxa e linearmente, com Igreja, 130 casas de pescadores, 30 galpões de canoas e 6 "negócios". A população vive exclusivamente de pesca." (A. Manigonian - Atlas Geog. Sta. Catarina. I.B.G.E. - 1958).

(3) "O milho e a mandioca são culturas de subsistência, cultivados em rotação de terras primitivas. Os alimentos básicos do colono açoriano são o peixe e a farinha de mandioca. Tem, por isso, o aspecto doentio, já descrito por Saint-Hilaire em 1820. (O. Valverde. Planalto Meridional do Brasil XVIII Cong.Int.Geografia, 1957).

(4) Segundo Valverde (op. cit.) na Ilha de Santa Catarina, a cultura do café se assemelha muito mais à da América Central e Colômbia, do que a do planalto paulista. Entretanto o produto catarinense é, em geral, inferior ao de ambos. Este autor também faz notar que Santa Catarina é o Estado brasileiro que possui a maior área de cafezais sombreados. Aí poderia ser produzido o melhor café do Brasil. Entretanto, isto não acontece, exclusivamente por falta de assistência técnica.

(5) Segundo A. Manigonian (op. cit.), existem na Ilha de Santa Catarina cerca de 2.000 pescadores. Segundo Valverde (op. cit.), os pescadores têm habitação e uma aparência mais miserável que os lavradores em geral.

(6) Sobre o artesanato (rendas) da Ilha de Santa Catarina, Doralécio Soares (Roteiro ns. 3 e 4, outubro e novembro de 1958), sugeria, no IV Congresso Nacional de Folclore realizado em Salvador, Bahia, a criação de uma cooperativa para o amparo e preservação dessa indústria caseira. Além da Tramóia, assinala este autor ainda as seguintes rendas aí fabricadas: Miudeira, Trilha Roda de Arco, Margaridas, Três Corações, Renda de Máquina, Oval de Corda, Faço de Abolha, Rodinha de Arco, Renda Cocada, etc.

Segundo este autor, a este artesanato se dedicam mulheres de cerca de trezentas famílias, em geral de poucos recursos, sem o mínimo conforto material, e em geral exploradas por certos revendedores. "As mulheres sabem disso, acrescenta Soares, mas já estão habituadas a aceitarem o preço que lhes oferecem os intermediários e que mal dá para pagar o material que empregam."

""""""""""

""""""""

""""""

""""

""



Nome : NEIDE ALMEIDA FIORI

Endereço : RUA FREI CANECA Nº 1 - APTO - 103

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

Atividade Profissional - Professôra da Cadeira de "Introdução à Orientação Educacional" da 4ª série do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação - da Universidade Para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Solicitação:

- Informações sôbre CURSOS para formar Orientadores Educacionais para Ensino Primário, em nível superior ou para egressos de cursos normais.
- Obtenção de livros e informações bibliográficas sôbre Orientação Educativa.
- Informações sôbre bôlsas de estudo fornecidas pelo Governo Federal, possibilitando professôras catarinenses frequentarem curso de "Orientação Educativa", em nível de pós-graduação, fora do Estado.

Observação: Não há no Estado de Santa Catarina nenhum curso de Orientação Educativa em nível de pós-graduação.

Florianópolis, 08 de julho de 1 967

Neide Almeida Fiori

PROMOÇÃO PROGRESSIVA E AUTOMÁTICA

(Resumo das palestras proferidas pela Prof^a. Maria da Glória Mattos, aos diretores de Estabelecimentos de Ensino Primário, em 1966, nos cursos do P N E)

Nos países onde a educação é mais avançada, o ensino é orientado no respeito à capacidade do aluno.

Há um programa geral, flexível, para tantos anos de estudos (no Brasil, atualmente, 8 anos). Entretanto, não é esse programa - elaborado para todo o Estado ou Município - que determina a DOSAGEM de conhecimentos que será dada à criança num período fixo; mas, a criança, através da preparação científica da professora é que se torna a figura determinante do que deve ser programado - em quantidade e em nível.

O curso não será dividido em séries estanques, mas em faixas de estudos cuidadosamente programadas de acordo com o nível mental dos alunos e o período previsto.

Assim como se interrompem as atividades escolares no mês de julho de cada ano, para descanso dos alunos e professores, também no mês de dezembro essas atividades serão interrompidas pelos mesmos motivos. Em qualquer época do ano, os alunos, individual ou coletivamente, podem passar de uma para outra faixa de estudos.

Desta forma, enquanto um aluno pode assimilar 3 faixas em 3 anos letivos comuns, outro poderá assimilar duas faixas de igual tempo.

O importante é que este último aluno não está reprovado; não "repetirá" o ano; não teve uma experiência frustrada; não foi humilhado. Ele prossegue em suas atividades durante 8 anos.

O sistema progressivo e automático elaborado cientificamente - longe de assemelhar-se a uma guilhotina - promove o desenvolvimento da criança, ainda que lentamente, de acordo com a sua natureza física, psíquica e mental.

Sendo um processo que deva atender as possibilidades de cada criança, ele é também individual, o que permite um crescimento progressivo sem limitações e sem estacionamentos perniciosos que destroem, porque denunciam a cada hora, a condição de inferioridade mental do repetente.

Cada criatura tem dons que a diferem de outras.

Conduza-se a educação, explorando, progressivamente, a riqueza que todo ser humano encerra dentro de si.

Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
Plano de Metas do Govêrno
Secretaria de Educação e Cultura
Conselho Estadual de Educação
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

COLÓQUIO ESTADUAL PARA ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE ENSINO
(C E O S E)

P R O G R A M A

- DIA 5 - 20 horas - A b e r t u r a
- DIA 6 - 9 às 12 horas - Debates sôbre ensino pré-primário, pri
mário e educação de base.
15 às 18 horas - Debates sôbre ensino pré-primário, pri
mário e educação de base.
- DIA 7 - 9 às 12 horas - Debates sôbre ensino médio.
15 às 18 horas - Grupo A - Debates sôbre aspectos buro
cráticos e organizacionais da adminis
tração da educação.
Grupo B - Debates sôbre ensino supe
rior.
- DIA 8 - 9 às 12 horas - Debates sôbre a reforma administrativa
da Secretaria de Educação e Cultura.
15 às 18 horas - Debates sôbre planejamento educacional.
20 horas - E N C E R R A M E N T O

oooooooo

A V I S O : As Inscrições dos participantes será feita por INSTI
TUIÇÃO, AMANHÃ, DIA 6, na sessão de informações do
C E O S E , no pátio desta Faculdade.

PLANO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL

1. DEFINIÇÕES

Planejamento, planejar e planos são palavras e conceitos usados com grande frequência. Mas, muito mal compreendidos, em regra geral. É, pois, conveniente tecer aqui alguns comentários sobre seu conteúdo e suas implicações.

Planejamento é um processo que permite a realização dos objetivos e metas fixados pela coletividade.

O Plano educacional estadual estabelecerá metas e objetivos, em função das metas gerais do plano econômico, social e cultural da Nação, do Plano de Educação Nacional, dos planos econômicos, sociais e culturais do Estado. Levará em conta as previsões das necessidades em mão-de-obra e profissionais; os objetivos de melhoria social do Governo e as aspirações culturais da comunidade.

O plano educacional estadual descreverá os meios de realização desses objetivos, ou seja, a política educacional estadual e as medidas administrativas, econômicas, financeiras, e pedagógicas que deverão ser mobilizadas durante um período definido, para assegurar a realização, total ou parcial, dessa política e dos objetivos. A descrição das medidas será detalhada, geográfica e funcionalmente, e constituir-se-á em plano de trabalho da Secretaria, ficando seus órgãos executivos encarregados de cumpri-lo dentro dos prazos previstos.

Este planejamento, para ser válido, deverá ser completo e integral, ou seja, abarcar todas as formas e níveis de ensino e assegurar harmoniosa utilização dos vários instrumentos de decisão e execução. É impossível planejar a educação primária, sem planejar a média ou, desenvolver o sistema estadual de ensino, sem levar em conta a evolução dos sistemas municipais ou particulares.

2. REQUISITOS

em Sta Catarina

Existem ~~as mesmas~~ condições propícias à elaboração de um Plano educacional ~~científico e completo~~.

(a) Os planos e estudos do desenvolvimento econômico e social da União e do Estado são suficientemente adiantados para permitir a definição de objetivos econômicos e sociais ~~e~~ ^{gerar} para um Plano Estadual de Educação.

~~(b) O Governador expressando repetidamente a sua intenção de elaborar e realizar um Plano Educacional.~~

O Estado

(b) ~~(a)~~ O ~~Paraná~~ dispõe de técnicos competentes em estatísticas, planejamento e pedagogia.

(c) ~~(a)~~ Também dispõe ~~e~~ ~~paraná~~ da informação técnica especializada ~~e das~~ estatísticas educacionais ~~devidas~~ necessárias.
e de parte ~~das~~ das

3. CONTEÚDO DO PLANO. PRAZO.

Nessas circunstâncias, recomenda-se dar início imediato aos trabalhos de elaboração do Plano.

O documento BD, anexo, descreve a lista dos temas que deverá desenvolver e dos trabalhos que deverá apresentar.

O plano educacional, em linhas gerais, será estabelecido para um período de vinte anos, prazo durante o qual pode efetuar-se a formação completa do cidadão, desde a escola pré-primária aos últimos anos da universidade.

O plano apresentará uma forma mais especificamente detalhada para um período de cinco anos, prazo durante o qual as perspectivas da evolução econômica e financeira e a orientação geral do Estado podem ser previstas com precisão maior.

Os planos de 5/20 anos serão revistos anualmente e substituídos por novos planos de uma duração igual. Assim, elaborar-se-á em 1967 o plano 1968-1972-1987, e em 1968 o plano 1969-1973-1988.

O primeiro ano de cada plano de 5/20 anos definirá em todos os seus detalhes o orçamento-programa para o ano seguinte.

A realização dos planos deve ser supervisionada e controlada de maneira contínua. Os órgãos administrativos apropriados para

assegurá-los são as assessorias, cuja criação ^{estava} ~~é~~ proposta ^{no} ~~no~~ capítulo do relatório dos CESE, relativo à reforma administrativa.

4. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.

O melhor dos planos pode transformar-se em exercício intelectual sem qualquer utilidade, se não existir o desejo de realizá-lo.

Também não será possível executá-lo, se faltarem os instrumentos administrativos apropriados.

A vontade de converter o Plano em realidade foi manifestada pelo Governador do Estado, por seu Secretário de Educação, assim como pelo Conselho Estadual de Educação, a quem cabe a alta responsabilidade de aprovar o Plano e supervisionar a sua execução a curto e a longo prazo.

~~Essas autoridades e~~ Todo o alto pessoal da Secretaria manifestaram ~~também~~ o desejo de adequar a reforma administrativa da Secretaria às exigências do planejamento.

É este um fator altamente favorável: a existência de uma estrutura administrativa apropriada é tão indispensável, que se deve considerar a reforma da administração como parte ~~indispensável~~ do próprio Plano.

5. INSTRUMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO.

Pelas razões indicadas, a descrição dos instrumentos a serem utilizados no estudo e elaboração do Plano, incluem aqueles necessários para o estudo e a elaboração da Reforma Administrativa.

Pela descrição de sua constituição e funções, concluir-se-á que todos os temas que interessam aos planejadores, interessam, inevitavelmente, aos técnicos da reforma, e que não poderão realizar um trabalho útil sem coordenar seus esforços de maneira contínua.

Para adiantar a elaboração do Plano e as atividades paralelas indispensáveis à sua boa execução, será necessário criar três comissões, de Planejamento, de Informações e Formulários e de

Contrôle e Classificação de dados. Estas comissões terão como funções e estrutura:

(a) Comissão de Planejamento

O trabalho da Comissão de Planejamento consistirá principalmente na elaboração do Plano Estadual de Educação, que conterá todos os objetivos, programas, cálculos e a legislação de descritos no documento BD, anexo.

Devido à natureza do material que deve ser incluído no Plano, a Comissão deverá ter entre seus membros:

um economista

um especialista em estatística e interpretação estatística

um educador

um especialista em administração pública.

A Comissão terá a responsabilidade eminente pela elaboração e redação do Plano. Obterá as informações e orientações necessárias através de :

- i - seus próprios estudos e recursos;
- ii - estudos e amostragens realizados por firmas privadas, pelo Centro de Pesquisas Educacionais, e pelas demais organizações do Estado.

Uma das primeiras tarefas da Comissão será definir os estudos que deverão ser realizados por essas entidades;

- iii - a assessoria de cinco grupos de trabalho, assim:

1º - Grupo de Objetivos Educacionais

Este grupo participará da descrição da filosofia educacional do Plano (Capítulo I do Documento BD) e será composto de educadores, chefes dos departamentos técnico-pedagógicos da Secretaria e da Diretoria do Centro de Pesquisas Educacionais, assim como de economistas.

2º - Grupo de Reforma Administrativa

Este grupo, que contribuirá na preparação do texto definitivo da Reforma, de acordo com os estudos preliminares realizados pelo pessoal da Secretaria, e de acordo com as recomenda-

*La H. Faculdade
de Educação
da Universidade
para o Desenvolvimento*

ções dos CESE, será integrado por especialistas em administração pública e escolar, e por advogados.

3º - Grupo de Orientação Econômica

Este grupo, de economistas, definirá os objetivos do ensino médio do 2º ciclo, do ensino superior e da educação de adultos.

4º - Grupo de Orientação Financeira

Este grupo, de economistas e administradores, estudará os recursos financeiros disponíveis para a realização do plano.

5º - Grupo de Custos

Este grupo, integrado por economistas e engenheiros, assessorará a Comissão de Planejamento em todos os assuntos relacionados com custos unitários do ensino, salários, custos de construção e conservação, etc.

A Comissão de Planejamento consultará regularmente o Secretário de Educação, o Conselho Estadual de Educação, assim como todas as organizações do Estado interessadas em Planejamento ou Educação, e particularmente ~~o~~ PLAMEG e a Faculdade de Educação.

O Plano será apresentado para aprovação prévia do Secretário e aprovação final do Conselho Estadual.

Para assegurar a devida independência da Comissão de Planejamento durante o período de elaboração do Plano e, logo, a continuidade dos trabalhos de planejamento, depois da apresentação do primeiro Plano Educacional, a Comissão deveria ser instituída na forma de uma Fundação.

Administrativamente, esta Fundação deverá ser identificada a uma Assessoria da Secretaria.

(b) Comissão de Informações e Formulários

Para simplificar os processos administrativos e dispor das informações necessárias para assegurar o desenvolvimento e a fiscalização permanente do Plano, recomenda-se organizar, para todos os serviços da Secretaria, um sistema central de

cadastro e informação, operado pelo Departamento Administrativo da Secretaria.

Este sistema será o instrumento único, através do qual os demais departamentos, assessorias, etc, poderão obter as informações sistemáticas de que necessitarem para basear as suas decisões e atividades: não poderão dispor de divisões, ou setores administrativos autônomos.

Isto implica em que o Departamento Administrativo deverá conhecer perfeitamente as necessidades de cada uma das demais organizações da Secretaria.

A finalidade da Comissão será definir essas necessidades.

Esta Comissão, integrada por todos os altos funcionários da Secretaria, assessores, chefe de escritório de pesquisas e alguns Inspetores e Supervisores, definirá:

- 1º - O tipo de informação quantitativa e qualitativa de que necessitarão cada um dos serviços da Secretaria e o Conselho, para realizar os seus trabalhos rotineiros e os que implicam na elaboração e execução do Plano.
- 2º - A parte destas informações que deverá ser coletada pela Secretaria e a parte a ser obtida pelas outras organizações dependentes do Governo do Estado.
- 3º - A estrutura e o texto dos formulários a serem preenchidos pelos professores, regentes, inspetores, supervisores, para fornecerem regularmente as informações necessárias.
- 4º - A periodicidade na coleta das informações.

(c) Comissão de Controle e Classificação de Dados

Recomenda-se que todas as informações necessárias para a elaboração do Plano, assim como para seu desenvolvimento e execução, todas as informações do sistema centralizado de cadastro e informações, sejam integradas nas fichas do sistema eletrônico de controle e classificação de dados ~~da~~ *da UNIVERISPADE*.

A Comissão de Controle e Classificação de Dados, composta por engenheiros especialistas em computadores, de economistas e de especialistas em administração, deverá assegurar o melhor aproveitamento do sistema eletrônico e também, defi-

nir, de antemão e de maneira absolutamente clara, os tipos de operações que não poderão ser realizadas eficientemente através do computador.

Especificamente, a Comissão deverá:

- 1º - Examinar todos os formulários e questionários apresentados pela Comissão de Informações e Formulários e compatibilizá-los com as exigências dos sistema eletrônico.
- 2º - Estudar a forma pela qual o sistema eletrônico poderá dispensar uma informação contínua aos diversos órgãos da Secretaria e estudar se esta forma é compatível com as necessidades.
- 3º - Estudar os custos de operação do sistema eletrônico, comparando-os com os custos de sistemas mecânicos ou tradicionais.
- 4º - Se for aconselhável, recomendar a utilização de um sistema misto de informação e administração, no qual o computador só será utilizado para realizar parte das operações necessárias.

ESTADO DE SANTA CATARINA
DADOS SÔBRE ATUAÇÃO DO GOVÊRNO FEDERAL
NO SETOR DO ENSINO

1. <u>Princípio normativo da Constituição do Brasil de 1967</u>	p. 1
2. <u>Objetivos gerais da educação brasileira no Plano Decenal</u>	p. 1
3. <u>Tarefa dos CEOSE</u>	p. 1
4. <u>Estrutura administrativa dos Serviços de Educação em S.Catarina</u>	1
5. ENSINO PRIMÁRIO	
5.1. Dados estatísticos	p. 3
5.2. Norma constitucional e metas do Plano Nac. de Educação ..	p. 4
5.3. Metas sugeridas pela Faculdade de Educação	p. 4
5.4. Recursos do Plano Nacional de Educação	p. 4
5.5. Recursos do Orçamento Estadual para a Educação	p. 5
5.6. Assistência técnica do INEP	p. 5
5.7. Assistência técnica do DNE	p. 6
5.8. Assistência técnica pelo acôrdo MEC-USAID	p. 6
5.9. Analfabetismo e educação de adultos	p. 6
6. ENSINO MÉDIO	
6.1. Dados estatísticos	p. 7
6.2. Recursos do Plano Nacional de Educação	p. 8
6.3. Metas do Plano Nacional de Educação	p. 8
6.4. Metas sugeridas pela Faculdade de Educação	p. 9
6.5. Assistência técnica da Dir. do Ensino Secundário	p. 9
6.6. Assistência de outros setores	p. 10
6.7. Assistência técnica pelo acôrdo MEC-USAID	p. 10
7. ENSINO SUPERIOR	
7.1. Dados estatísticos	p. 10
7.2. Recursos do Orçamento-Programa para 1967	p. 11
7.3. Recursos da C.E.E.F.F. para 1967	p. 11
7.4. Metas do Plano Nacional de Educação	p. 12
7.5. Metas sugeridas pela Fac. de Educação	p. 12
7.6. Equipe de Planejamento do Ensino Superior	p. 12
7.7. Assistência técnica da CAPES	p. 12
8. SENAI EM SANTA CATARINA - 1966.....	p. 13
A. Cursos de aprendizagem	p. 13
B. Cursos para adultos	p. 13
C. Levantamento de mão-de-obra industrial	p. 13
9. SENAC EM SANTA CATARINA - 1966	p. 14

1. PRINCÍPIO NORMATIVO DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL DE 1967

Pela organização jurídica em vigor no País, a atuação do Governo Federal no setor do ensino terá caráter supletivo, isto é, a iniciativa da União será condicionada pelas deficiências locais (art. 169), excluídos os Territórios, administrados pelo sistema Federal. Assim sendo, caberá a União prestar assistência técnica e financeira ao desenvolvimento dos sistemas estaduais, conforme dispõe o § 1º do art. 169.

2. OBJETIVOS GERAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO PLANO DECENAL+

Na definição do Plano, a educação brasileira deverá proporcionar, no período 1967-76, a "consolidação da estrutura de capital humano, em quantidade e qualidade adequadas, de modo a acelerar o processo de desenvolvimento econômico".

Em consequência, as redes de ensino médio e superior terão que se capacitar para a formação de mão-de-obra especializada, dispensando a uma parcela dos contingentes de nível superior formação adequada visando uma adaptação de novas técnicas emergentes no rápido processo de evolução científica e tecnológica.

Deverá intensificar-se o treinamento - incluída a aprendizagem - à medida que a escolarização média se eleve, de modo que os candidatos ao ingresso na força de trabalho, com educação básica, possam absorver as técnicas especializadas, capacitando-se a desempenhar convenientemente o seu papel na produção.

3. TAREFA DOS CEOSE

A efetiva prestação da assistência técnica referida na Lei de Diretrizes e Bases cabe ao Ministério da Educação e Cultura que, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, vem realizando "Colóquios Estaduais para a Organização dos Sistemas de Educação" (CEOSE)

O Programa a cumprir em cada Estado, com a duração de uma semana, visará, sobretudo: a) ao diagnóstico da situação local, indicando medidas administrativas e técnicas capazes de conduzir à implantação de novas estruturas ou mecanismos no sistema de educação do Estado e na organização da Secretaria de Educação; b) à discussão de idéias / que devem lastrear sua política de educação; c) ao processo de planejamento educacional.

A coordenação dos colóquios está sob a responsabilidade do Prof. Duvemerval Trigueiro Mendes (do Conselho Federal de Educação), contando com a participação dos professores Angel Diego Marques, Jacques / Tomse Michel Debrun (peritos da UNESCO) e de especialistas brasileiros convidados.

4. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO EM S. CATARINA

A administração dos serviços educacionais acha-se definida na Lei 2.975 de 18/12/1961, que estruturou a Secretaria de Educação e Cultura, englobando como órgãos de complementação os Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura e o Grupo de Supervisão. Posteriormente a Lei 3.030, de 15/5/62 deu ao Conselho Estadual de Educação as características previstas na Lei de Diretrizes e Bases. Por sua vez,

+ Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica - Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social - Tomo IV - Vol. 1 - Educação e Mão-de-Obra, março 1967, 225 pags.

o Sistema Estadual de Ensino mereceu nova ordenação através da Lei... 3.191, de 8-5-63.

4.1. Secretaria de Educação e Cultura

Além dos órgãos de complementação, a SEC abrange:

Órgãos de assessoramento técnico, jurídico, administrativo e /
serviço de relações públicas.

Órgãos de Direção: Departamento de Educação, Departamento de Cultura, Diretoria de Administração e dos Serviços de Extensão.

O Departamento de Educação compreende: Divisão de Educação Primária, com os serviços de educação pré-primária, primário elementar, primário complementar e primário supletivo.

Divisão de Ensino Especializado, com os serviços de ensino rural, especial, educação artística e física.

Divisão de Ensino Médio: serviços de ensino Normal, secundário, agrícola, industrial, comercial e artesanal.

Divisão de Ensino Particular: serviços de inspeção e orientação do ensino, de convênios e bolsas escolares.

Órgãos de execução: Inspetorias regionais com setores administrativo e técnico, incluídos neste os serviços de estatística educacional, de orientação do ensino e inspetorias escolares; Serviços locais de educação - órgãos representativos da comunidade, de caráter distrital.

O Departamento de Cultura abrange as Divisões: Ciências, Letras e Artes e Instituições Culturais: Biblioteca Pública, Teatro Alvaro de Carvalho, Museu de Arte Moderna, Casa de S. Catarina, Biblioteca Pedagógica e Museu Didático.

A Diretoria de Administração compreende: Serviços de contabilidade, pessoal, material, transporte, comunicações e arquivo, portaria e limpeza.

A Diretoria de Serviços de Extensão: serviços de levantamento, estudos e pesquisas; orientação, documentação, e informação pedagógica, orientação educacional e profissional; assistência escolar; cursos extraordinários; estatística educacional; concursos, prédios e equipamento; publicações.

Segundo relato da pesquisa efetuada pela Faculdade de Educação de Santa Catarina, essa estrutura legal não teria ainda alcançado condições de funcionamento, devido sobretudo à carência de pessoal técnico. Vários serviços técnicos estão sendo organizados.

4.2. Conselho Estadual de Educação. É integrado por 14 membros, com mandato de seis anos, sendo a presidência exercida por conselheiro com mandato de um ano. Abrange as condições de ensino primária

+ Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais - "Sobre as condições do processo educacional em S. Catarina". Florianópolis, 1967, 192 pags

rio, de ensino normal, de ensino secundário e técnico, de ensino superior e de legislação e normas. Suas deliberações, salvo em casos - de competência específica, dependem de aprovação do Governador do Estado.

- 4.3. Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo. Criado na administração Celso Ramos, o Gabinete realizou o I Plano de Metas para o quinquênio 1961-65, estabelecendo metas sobretudo quantitativas a serem atingidas pelo processo educacional. A presente administração deu continuidade ao PLAMEG, fixando novo Plano de Metas para o quinquênio 1966-70.

Paralelamente ao Gabinete de Planejamento atuam o Grupo Executivo de Prédios Escolares (GEPE) e a Divisão de Pesquisa e Estatística.

5. ENSINO PRIMÁRIO

5.1. Dados estatísticos.

TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO *

Crianças recenseadas de 7 a 11 anos	349.559
Frequêntam escola	252.842
Taxa de escolarização	72,2%
Crianças recenseadas de 12 a 14 anos	159.371
Frequêntam escola	105.532
Taxa de escolarização	66,2%

MOVIMENTO ESCOLAR EM 1964 * * (Rêdes Estadual, Municipal e Particular)

Séries	MI	MF	A	Evasão	%A	%E
1	180.393	155.743	87.853	24.650	56,3	15,8
2	92.230	81.049	63.987	11.181	78,8	13,7
3	66.474	58.121	48.646	8.353	83,7	14,3
4	42.379	36.839	32.675	5.540	88,2	15,0
5	11.946	10.164	8.784	1.782	86,4	17,5
6	327	283	253	44	89,4	15,5
TOTAL	393.749	342.201	242.198	51.548	70,7	15,5

CORPO DOCENTE

- Total de professores em exercício * * *	12.289
Normalistas de 2º ciclo	2.463
Normalistas de 1º ciclo	3.224
Pós-colegial	89
Não normalistas de 2º ciclo concluído	592
Não normalistas de 2º ciclo não concluído	483
Não normalistas de 1º ciclo concluído	685
Não normalistas de 1º ciclo não concluído	495
Com o curso primário concluído	3.572
Com o curso primário não concluído	686
Não regentes de classe	900

* MEC - INEP - I.B.G.E. - Censo Escolar do Brasil - 1964 - 1º vol. Apurações preliminares, Rio, 1966, Xii: 688 p.

* * FACULDADE DE EDUCAÇÃO = Subsídios ao Plano Quinquenal de Educação do Estado de Santa Catarina - 1966-70, Florianópolis, 1965, 85 p.

* * * Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais - "Sôbre as condições do processo educacional em Santa Catarina, Florianópolis, 1967, 192 pags.

PRÉDIOS ESCOLARES E SALAS DE AULA

- Total de prédios escolares *	5.508
Salas de aula	10.502
Salas utilizadas para o ensino comum	8.436
Salas especiais	2.066

5.2. Norma constitucional e metas do Plano Nacional de Educação

A Constituição em vigor eleva a escolaridade obrigatória até os 14 anos (art. 168, § 3º, II).

O Plano Nacional de Educação, aprovado em setembro de 1962, adotou as seguintes metas quantitativas para o ensino primário a serem alcançadas em 1970:

- a) matrícula até a 4ª série, de 100% da população escolar de 7 a 11 anos.
- b) matrícula na 5ª e 6ª séries, de 70% da população escolar de 12 a 14 anos.

E as seguintes metas qualitativas:

- a) Até 1970, o sistema escolar deverá contar com professores diplomados, sendo 20% em cursos de regentes, 60% em cursos normais e 20% em cursos de nível pós-colegial.
- b) A 5ª e 6ª séries do curso primário deverão oferecer dia completo/ de atividades escolares, incluindo em seu programa o ensino das artes industriais em oficinas adequadas.

5.3. Metas sugeridas pela Faculdade de Educação

- a) Adaptação do ensino primário às reais necessidades do Estado, enfatizando-se sua importância na preparação das crianças para sua integração plena na sociedade atual;
- b) escolarização de toda a população catarinense entre 7 e 12 anos.

5.4. Recursos do Plano Nacional de Educação distribuídos pelo DNE:

Relativos a 1965:

1ª parcela - (av. 2756 de 5-10-66)	Cr\$ 322.200.000
2ª parcela - (av. 86 de 9-2-67)	Cr\$ 322.200.000
3ª parcela - (a pagar)	Cr\$ 161.100.000

Salário Educação:

1ª parcela - (av. 2.173 de 15-7-66)	Cr\$ 74.870.800
2ª parcela - (av. 2.173 de 15-7-66)	Cr\$ 74.870.800
3ª parcela - (a pagar)	Cr\$ 37.441.400

Relativos a 1966:

1ª parcela - (av. 3.199 de 5-12-66)	Cr\$ 112.000.000
2ª parcela - (a pagar)	Cr\$ 112.000.000
3ª parcela - (a pagar)	Cr\$ 56.000.000

Salário Educação:

1ª parcela - (a pagar)	Cr\$ 232.848.000
2ª parcela - (a pagar)	Cr\$ 232.848.000
3ª parcela - (a pagar)	Cr\$ 116.424.000

* Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais - "Sobre as condições do processo educacional em S.Catarina, Florianópolis, 1967, 192 págs.

Relativos a 1967:

Disponível	Cr\$ 594.613.000
1ª parcela (a enviar)	Cr\$ 297.307.000
2ª parcela (a enviar)	Cr\$ 297.307.000

Não foi ainda elaborado o quadro de recursos do salário-educação para 1967.

5.5. Recursos do orçamento estadual para educação

Relativos a 1965:

Gastos orçados com educação	Cr\$ 11.895.497.000
Taxa dos gastos com educação sobre a despesa orçada	15,6%

Relativos a 1966:

Gastos orçados com educação	Cr\$ 16.510.649.000
Taxa dos gastos com educação sobre a despesa orçada	18,9%

Relativos a 1967:

Gastos orçados com educação	Cr\$ 27.228.012.764
Taxa dos gastos com educação sobre a despesa orçada	22,1%

5.6. Assistência técnica do INEP

Desde sua criação, em 1938, vem o INEP prestando assistência técnica aos Estados, seja pelos Cursos de Aperfeiçoamento de Professores, seja pela assessoria eventualmente solicitada para reformulação dos sistemas de ensino.

O setor de Coordenação de Cursos foi estruturado na administração - Murilo Braga em 1947.

Esses cursos eram realizados inicialmente no Rio de Janeiro destinando-se a professores indicados pelas Secretarias de Educação, incluindo estágios de aperfeiçoamento nas seguintes especialidades:

Metodologia da Leitura, do Cálculo, dos Estudos Sociais, Iniciação à Ciência, Artes Industriais, Psicologia Educacional, Administração escolar, Recreação e Jardim de Infância.

Na gestão Anísio Teixeira fêz-se a descentralização, cabendo aos Centros de Pesquisas Educacionais realizá-los. Durante a gestão Carlos Pasquale foram criados os Centros de Treinamento que vêm sendo progressivamente instalados nas unidades da federação. Para Santa Catarina está programado um Centro de Treinamento em Chapecó, com início de obras previsto ainda para 1967; os recursos destinados ao projeto elevam-se a NCr\$ 350.000,00.

A iniciativa dos Centros resultou do Acôrdio básico firmado entre o Governo Federal e as Organizações participantes do "Programa Ampliado de Assistência Técnica" (MEC-INEP-UNESCO-FISI), de 29-1264, seguido de Convênio Básico, celebrado entre o Governo Federal e o FISI, a 28-3-1966.

Aplicando êsse programa, INEP e FISI realizaram o Primeiro Plano de Operações para um projeto de educação primária e normal, dêle resultando os Centros de Treinamento e Formação do Professor Primário de Emergência e de Professor Supervisor, em funcionamento no Estado da Paraíba.

Este programa foi reformulado com a reunião efetuada em Brasília

a 12-1-67, com a presença dos secretários de educação, quando foi elaborado um Segundo Plano Mestre de Operações para um Projeto de Educação Primária e Normal, reunindo o MEC, o FISI e a Secretaria de Educação de cada Estado.

De 1948 a 1965 foram beneficiados com bolsas do INEP 276 professores do Estado de S. Catarina, nos diversos campos da metodologia e do currículo da escola primária; desses, 131 receberam formação de supervisor, 16 especializaram-se em artes industriais e 13 em ensino especial.

Em 1966, 42 bolsistas participaram dos cursos, havendo 30 supervisores que receberam formação no Centro do Rio Grande do Sul.

Em 1967, há 43 bolsistas, sendo 30 supervisores no curso que se realiza em Curitiba. Os demais nos campos especializados acima referidos.

O Serviço de Expedição do INEP vem atendendo às escolas normais e faculdades de filosofia com publicações e livros editados pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, especialmente a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, a Bibliografia Brasileira de Educação, a coleção de Guias de Ensino e monografias.

5.7. Assistência técnica do DNE

A partir de 1965, vem o Departamento Nacional de Educação promovendo Cursos de Treinamento para Professores Leigos no Estado, abrangendo hoje as seguintes localidades: Caçador, Capinzal, Canoas, Chapecó, Curitibanos, Itajaí e Rio do Sul.

Esses cursos efetuam-se no bimestre janeiro-fevereiro, e em julho em regime de internato ou semi-internato, sobre currículo e metodologia do ensino primário.

Dos cursos realizados em 1965, participaram 488 professores leigos, e 47 professores titulados receberam formação de supervisor.

Em 1966, cerca de 900 professores leigos fizeram o curso de emergência e 90 titulados o de supervisor.

Em 1967, houve 730 professores leigos no curso de emergência do bimestre janeiro-fevereiro, estando previstos 560 para o curso de julho. Para supervisores, além do encontro estadual de março, está previsto um outro em novembro.

Os professores leigos cumprem, gradativamente, nesses cursos intensivas etapas correspondentes às séries primárias, retornando à prática de ensino sob orientação do supervisor.

O DNE anuncia a distribuição de 60 bibliotecas com 300 volumes e 250 de 30 volumes às escolas primárias que vêm recebendo sua assistência técnica.

5.8. Assistência técnica pelo acordo MEC-USAID

Em decorrência do 1º acordo MEC-USAID, foi constituída a "Equipe de Assistência Técnica ao Ensino Primário" (EATEP), com escritório no Rio, à Trav. Guimarães Natal, 12 - Copacabana. Além de prestar assistência aos Estados que a solicitarem, a Equipe, composta de 6 educadores brasileiros e 6 norte-americanos, vem realizando estudos sobre repetência e evasão escolar na fase inicial do ensino primário.

5.9. Analfabetismo e educação de adultos

Os dados preliminares do Censo Demográfico de 1960, divulgados pe

lo Serviço Nacional de Recenseamento, apresentam os seguintes índices relativos a Santa Catarina:

POPULAÇÃO PRESENTE	2.129.270
População residente	2.118.130
Homens	1.074.257
Mulheres	1.043.873
Pessoas presentes de 5 anos e mais	1.749.950
Sabem ler e escrever	1.165.088
Taxa de alfabetizados ...	66,6%

Critério de alfabetização adotado pelo Censo: ler e escrever um bilhete simples, num idioma qualquer, não sendo considerados os que apenas assinam o nome.

Quanto à alfabetização de adolescentes e adultos, a orientação do Departamento Nacional de Educação é no sentido de reconhecê-la como atribuição específica de cada Estado, devendo constar dos planos de educação de cada unidade federada. O DNE entrega ao Estado os recursos globais previstos no Plano Nacional de Educação para o ensino primário, prestando assessoria técnica sobre alfabetização quando solicitado.

6. ENSINO MEDIO

6.1. Dados estatísticos *

CANDIDATOS A EXAME DE ADMISSÃO

	Totais	Aprovados
Secund.	11.941	7.472
Comerc.	790	533
Indust.	1.408	573
Agríco.	429	170
Normal.	6.298	4.311

Total Geral 20.066 13.059

MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO- 1965

Ginásio

	Total	1ª.sér.	2ª.	3ª.	4ª.
Secund.	26.371	9.925	7.194	5.367	3.885
Comerc.	2.076	672	551	477	376
Indust.	1.400	692	404	211	93
Agríco.	447	160	124	96	67
Normal	12.781	5.122	3.300	2.403	1.956
Total Ger.	43.075	16.571	11.573	8.554	6.377

Colégio

	Total	1ª.sér	2ª.	3ª.	Totais Gerais
Secund.	2.194	1.183	642	369	Secund. 28.565
Comerc.	3.717	1.659	1.197	861	Comerc. 5.793
Indust.	206	117	49	40	Indust. 1.606
Agríco.	32	32	-	-	Agríco. 479
Normal	5.096	2.176	1.709	1.211	Normal 17.877
TOT.GER.	11.245	5.167	3.597	2.481	Tot.Ger. 54.320

* FONTE: Sinopse Estatística do Ensino Médio - 1965 - Serv. de Estatística da Educação e Cultura - MEC.

CONCLUSÕES DE CURSO - 1964

	<u>Total Geral</u>		<u>Ginásio</u>		<u>Colégio</u>
Secund.	3.302		2.997		305
Comerc.	1.032		335		697
Indust.	89		50		39
Agríco.	44		44		-
Normal	2.624		1.617		1.007
TOT.GER.	7.091		5.043		2.048

CURSOS EXISTENTES - 1965

	<u>Ginásio</u>						<u>Colégio</u>				
	<u>T.G.</u>	<u>Tot.</u>	<u>Fed.</u>	<u>Est.</u>	<u>Mun.</u>	<u>Part.</u>	<u>Tot.</u>	<u>Fed.</u>	<u>Est.</u>	<u>Mun.</u>	<u>Part.</u>
Sec.	103	89	-	15	3	71	14	-	5	-	9
Com.	56	20	-	1	-	19	30	-	2	-	34
Ind.	9	5	1	3	-	1	4	2	-	-	2
Agr.	5	4	3	1	-	-	1	1	-	-	-
Nor.	154	109	-	104	-	5	45	-	13	-	32
T.G.	327	227	4	124	3	96	100	3	20	-	77

CORPO DOCENTE - 1964

Federal.....	1.124	1º ciclo:	2.197
Estadual.....	1.362	2º ciclo:	1.078
Municipal.....	36		
Particular.....	1.753		
TOTAL GERAL.....	3.275		

6.2. Recursos do Plano Nacional de Educação para o Ensino Médio

Relativos a 1965

Total:.....	Cr\$ 769.700.000
1ª parcela(av. 2757 de 5-10-66)....	307.880.000
2ª parcela(av. 09 du 9-2-67).....	307.880.000
3ª parcela(a pagar).....	153.940.000

Relativos a 1966

Total:.....	Cr\$ 660.000.000
1ª parcela(av. 3.200 de 5-12-66)...	264.000.000
2ª parcela(a pagar).....	264.000.000
3ª parcela(a pagar).....	132.000.000

Relativos a 1967

Unível.....	Cr\$ 1.207.131.000
1ª parcela.....	603.565.000
2ª parcela.....	603.566.000

6.3. Metas do Plano Nacional de Educação para o Ensino Médio

- O Plano estabelece as seguintes metas quantitativas e qualitativas:
- Matrícula de 30% da população escolar de 11 a 14 anos nas duas primeiras séries do ciclo ginásial; matrícula de 50% da população escolar de 13 a 15 anos nas duas últimas séries do ciclo ginásial; matrícula de 30% da população escolar de 15 a 18 anos nas séries do ciclo ginásial.
 - extensão do dia letivo a seis horas de atividades escolares, incluindo práticas educativas; inclusão do estudo dirigido.

A complementação de 1966 do referido Plano acrescenta:

- Para a população de 10 a 20 anos com instrução primária, a organização de ginásios orientados para o trabalho;
- Para a população de 15 a 30 anos, cursos para exame de madureza ginásial, utilizando-se quando possível a televisão.

6.4. Metas sugeridas pela Fac. de Educação para o Ensino Médio

- a) inserir o ensino médio no complexo catarinense, observando as tendências de desenvolvimento sócio-econômico do Estado;
- b) dar possibilidade de matrícula para 30 jovens em grupo de 1.000 indivíduos, ou seja, 90.000 matrícula até 1970.

6.5. Assistência técnica da Diretoria do Ensino Secundário

As iniciativas de maior relevância dessa Diretoria são os Ginásios Orientados para o Trabalho, os Centros de Ciências, o SERTE (Serviço de Rádio e Televisão Educativa) e os Cursos de Preparação aos Exames de Suficiência.

A. Ginásios Orientados para o Trabalho. O programa em Santa Catarina deve expandir-se em 1967. Ao todo, 8 cidades já foram beneficiadas por solicitação da União Catarinense de Educação que obteve a autorização de recursos no montante de NCr\$ 140.000,00, para instalação de 8 oficinas de artes industriais e 6 agrícolas nas cidades de Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Jaraguá, Joaçaba, Joinville e S. Bento do Sul. Além disso, mais 5 estabelecimentos deverão ser atendidos após cumprimento de exigências.

A cada oficina de técnicas industriais, o programa concede a dotação de NCr\$ 10.000,00; à de técnicas comerciais, NCr\$ 8.000,00 cada.

A habilitação de professores realiza-se através de cursos providos pela Diretoria. Os de 1967 têm início a 1º de julho, estendendo até novembro. O local escolhido é a cidade de Betim em Minas Gerais.

Os recursos do Gov. para 1967 elevam-se a NCr\$ 5.000.000,00

B. Centros de Ciências. Foram criados 6, localizados nas capitais dos Estados mais desenvolvidos de cada região do País, e atendendo aos Estados vizinhos com instalação de núcleos.

O núcleo de Santa Catarina integra o CECIRS (Centro de Ciências do Rio G. do sul) com sede no Instituto de Educação de Florianópolis, sob a responsabilidade de D. Maria da Glória Brandemburgo de Oliveira, Inspectora Seccional do Ens. Secundário.

As atividades de cada Centro constam de: cursos de treinamento e aperfeiçoamento de professores do ensino secundário em Ciências Físicas, Biológicas, Química e Matemática; estágios para professores e alunos da 3ª e 4ª séries de faculdade de filosofia; instalação de classes-piloto; seminários, conferências, jornadas científicas, feira de ciências, difusão científica (boletim, rádio, jornal, projetos especiais e assessoria aos núcleos).

De novembro de 1966 a março de 1967, o núcleo de Santa Catarina promoveu cursos de treinamento em Ciências e Biologia nas cidades de Chapecó, Blumenau, Florianópolis, Joinville, e Tubarão, atendendo a 157 participantes, dos quais, 155 eram não licenciados

+ Subsídios ao Plano Quinquenal de Educação do Estado de Santa Catarina,
op. cit.

Estão previstas 24 bolsas para estágio de aperfeiçoamento de Porto Alegre, com 4 meses de duração.

A ajuda financeira a cada núcleo é de NCr\$ 10.000,00.

- C. SERTE. O Setor Experimental de Rádio e Televisão Educativa até agora não iniciou suas atividades em Santa Catarina. Em outros Estados o programa vem constando principalmente de cursos para exame de madureza ginasial.

- D. Curso de Preparação aos Exames de Suficiência. A Faculdade de Filosofia da Universidade Federal foi credenciada pelo Conselho Federal de Educação para realizar o curso. Anualmente vêm sendo promovidos, a partir de 1965, com 5 meses de duração, preparando professores ao magistério das disciplinas do currículo ginasial. Cerca de 231 candidatos participaram desses cursos.

Também a Inspetoria Seccional tem promovido cursos intensivos de 1 mês para o Exame de Suficiência. De 1965 até agora, cerca de 785 candidatos frequentaram esses cursos.

6.6. Assistência de outros setores

- A. CONABE- A Comissão Nacional de Bolsas-de-estudo é o órgão do Ministério da Educação e Cultura encarregado de atender com bolsas aos jovens estudantes oriundos de famílias carentes de recursos econômicos.

A rubrica orçamentária para 1967 destina à CONABE um total de Cr\$ 3.508.231.000, dos quais Cr\$ 300.000.000 para o Estado de Santa Catarina.

- B. Bolsas-de-Estudo para Operários Sindicalizados. Instituído pelo Dec. nº 57.870, de 25-2-1966, esse programa vem sendo coordenado pelo Ministério do Trabalho, efetuando-se as inscrições dos operários ou seus filhos na sede do sindicato a que estão filiados.

Para 1967, contando com recursos da USAID, foram previstas 70.000 bolsas, encerrando-se as inscrições a 25 de fevereiro.

- C. Centros de Educação Física. A Divisão de Educação Física do MEC tem concedido, quando solicitada, assistência financeira para o equipamento de Centros de Educação Física, de preferência a estabelecimentos públicos.

- D. Diafilmes para o ensino médio. O Instituto Nacional de Cinema Educativo (Praça da República, 141-A - Rio) distribui a ginasiais e colégios, séries completas de diafilmes para as diversas matérias do currículo, além de emprestar filmes educativos de 16mm.

6.7. Assistência técnica pelo Acôrdio MEC-USAID

Em decorrência do Acôrdio, foi criada a EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio), constituída por 4 educadores brasileiros e 4 norte-americanos. A EPEM acha-se instalada no Escritório do Rio, no endereço já referido. Realiza no momento estudos sobre o ensino médio e atende a solicitações dos Estados.

7. ENSINO SUPERIOR

7.1 Dados estatísticos *

EXAME VESTIBULAR - 1965

Número de vagas: 707 Candidatos: 1.504 aprovados: 685

Ciências exatas

e naturais..... 40 60 36

* Sinopse Estatística do Ensino Superior - 1965 - Serv. de Estatística da Educação e Cultura, MEC.

Farmácia	45		54		26
Medicina	47		337		47
Odontologia	60		46		16
Administração e					
Economia	50		127		94
Ciências Sociais	40		23		13
Serviço Social .	30		36		17
Engenharia	80		143		89
Direito	-		290		99
Educação	80		82		70
Humanidades	135		137		121
Não especificado	100		169		57

CURSOS E MATRÍCULA POR SÉRIE - No início do ano - 1965

Matrícula

	Cursos	Total	1ª ser	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
Administ. e								
Economia	2	294	78	91	86	39	-	-
Direito	1	549	129	202	67	76	75	-
Engenharia ...	1	194	71	72	34	17	-	-
Farmácia	1	86	36	28	32	-	-	-
Filosofia	1	39	28	7	4	-	-	-
Geografia	1	44	28	10	6	-	-	-
História	1	66	40	15	11	-	-	-
Letras	1	68	38	19	11	-	-	-
Matemática ...	1	36	36	-	-	-	-	-
Pedagogia	1	105	70	30	5	-	-	-
Medicina	1	223	47	57	31	29	31	28
Odontologia ..	1	67	24	27	16	-	-	-
TOTAL GERAL	13	1.781	625	558	303	161	106	28

CORPO DOCENTE E CONCLUSÕES DE CURSO - 1964

Administ. e		
Economia ..	49	 22
Direito ...	33	 46
Engenharia.	41	 -
Farmácia ..	27	 28
Filosofia,		
Cien. Letras	93	 51
Medicina ..	52	 -
Odontologia	52	 23
Ser. Social.	22	 -

7.2. Recursos do Orçamento-Programa para 1967

Dotação para a Universidade Federal de Santa Catarina:

Cr\$ 8.686.565.000 - assim distribuídos:

Cr\$ 3.362.720.000 - para projetos e

Cr\$ 5.323.845.000 - para atividades.

7.3. Recursos da C.E.E.F.F. para 1967

A comissão de Especialistas de Ensino nas Faculdades de Filosofia, ex-Cadiff, destina os seguintes recursos à Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina:

História (para Antropologia) ...	Cr\$ 2.100.000 (equipamento)
Pedagogia	Cr\$ 2.100.000 (equipamento)
TOTAL	Cr\$ 4.200.000

7.4. Metas do Plano Nacional de Educação para o Ensino Superior
Quantitativa: expansão da matrícula até a inclusão, pelo menos de metade dos que terminam o curso colegial;
Qualitativa: tempo integral para 30% de professores e alunos, pelo menos.

7.5. Metas sugeridas pela Faculdade de Educação *

I. Integração do ensino superior na realidade catarinense.

II. Engajamento de 9.000 jovens no ensino superior.

7.6. Equipe de Planejamento do Ensino Superior - MEC-USAID

Com base em convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional), em 23-6-1965, baixou o Ministro da Educação a Port. nº 33 de 3-2-67, expedindo instruções para o funcionamento da Equipe, instalada à rua Honório de Barros, 41 - 8º andar - Botafogo, Rio.

De acordo com a Portaria, são estes os objetivos da EPES:

- levantamento da situação em que se encontra o ensino superior, em confronto com as necessidades do País;
- formulação e apresentação de planos e projetos conducentes ao aperfeiçoamento e desenvolvimento do ensino superior, notadamente no que se refere à distribuição geográfica dos estabelecimentos de ensino (regionalização);
- treinamento de técnicos especializados em planejamento de educação universitária.

A EPES vem funcionando em ligação direta com a Diretoria do Ensino Superior.

Simultaneamente foi criada a Equipe de Planejamento das Faculdades de Filosofia, sob a coordenação do Prof. Alexis Stepanenko, com a finalidade de desenvolver e criar centros de treinamento para professores nas faculdades de filosofia. O convênio foi mantido pelo Ministro Tarso Dutra.

7.7. Assistência técnica da CAPES

Desde sua criação em 1951, vem a CAPES realizando um programa de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, concedendo bolsas-de-estudo para cursos no País e no Exterior, além de auxílios individuais.

Reestruturada em 1964, passou a denominar-se Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, vinculada ao Ministério da Educação e com sede a Av. Mal. Câmara, 210-8º and. Rio.

Seus objetivos:

- colaborar no aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, concedendo bolsas-de-estudo e auxílios individuais e estimulando a criação de cursos de pós-graduação em áreas definidas como prioritárias: (Ciências Básicas - Física, Química, Matemática, Biologia; Ciências Bio-Médicas - Enfermagem, Farmácia, Medicina, Odontologia e Veterinária; Tecnologia.
- colaborar na formação e aperfeiçoamento de pessoal do docente universitário.
- prestar auxílio técnico e financeiro a universidades, escolas superiores isoladas e institutos científicos na aquisição de equipamento, implantação de regime de tempo integral e construção de obras.

- promover estudos visando à integração do ensino universitário e da pesquisa de alto nível, bem como a aglutinação de disciplinas afins em núcleos de concentração de recursos.

Em 1966, 18 candidatos de Santa Catarina foram beneficiados com bolsas no País e um outro recebeu auxílio individual para curso no exterior, no valor Cr\$ 1.332.000. Para equipamento e instituto foi destinado o auxílio de - Cr\$ 158.871.000, assim discriminados:

Faculdade de Medicina...	Cr\$ 96.471.000
Esc. de Eng. Indust.....	50.000.000
Fac. de Filosofia,	
Ciências e Letras.....	7.400.000
Fac. de Odontologia.....	5.000.000

A inscrição e entrega de documentos deve ser feita no período de 30 de novembro do ano anterior a 31 de maio, para bolsas no País. De 28 de fevereiro a 31 de agosto para - bolsas no Exterior e de 31 de março a 30 de setembro para auxílios individuais.

As solicitações para equipamento, pessoal pós-graduação e cursos devem ser feitas até 28 de fevereiro de cada ano.

8 . SENAI EM SANTA CATARINA - 1966

A. Cursos de aprendizagem para menores de 14 a 18 anos: (CAO-CAI) -

ajustador, marceneiro, mecânica de automóvel, mecânico eletricitista, serralheiro, soldador elétrico, torneiro-mecânico. Duração: 20 meses na escola e 11 meses em estágio na indústria, com tempo integral de 44 horas semanais.

A matrícula nesses cursos foi de 718, concedendo-se - 147 certificados de aprendizagem.

B. Cursos para adultos: (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal) ajustador, desenho técnico, eletricitista instalador, marceneiro, mecânico reparador de máquinas de - costura industrial, tecnologia e leitura de desenho, tecnologia e manutenção de automóvel, torneiro mecânico. Duração variável e em tempo parcial. Foram concedidos 215 certificados a concluintes desses cursos.

O SENAI concedeu ainda 76 cartas de ofício a concluintes de cursis de ajustador, caldeireiro, marceneiro, mecânico de automóvel, mecânico eletricitista e torneiro - mecânico. E 31 alunos receberam certificado do ginásio industrial.

A rede de escolas do SENAI abrange 5 estabelecimentos e 4 agências de treinamento.

Cerca de 4.128 aprendizes realizaram aprendizagem no - local de trabalho com supervisão do SENAI. Ao todo, - 276 empresas foram atendidas

C. Levantamento de mão-de-obra por grupo de indústria em 170 empresas do Estado:

Indústria	Tot. Empregados	Empreg. Qualif.	Menores trab.
Alimentação	20 2.380	1.057	394
Vestuário	12 1.158	455	246
Cons. Civil e Mobiliário	27 3.361	417	975
Fiação e Tecelagem	54 12.449	6.143	2.438
Químicas e Farmacêuticas	8 837	94	186
Papel e papelão	2 507	55	47
Gráficas	2 94	13	41
Vidros, cerâmicas e Porcelanas	5 1.809	182	225
Metalúrgicas, Mecânicas e Mat. Elétrico	40 5.125	1.084	432
TOTAL	170 27.720	9.500	4.984

9. SENAC EM SANTA CATARINA - 1966

O SENAC dispõe de dois estabelecimentos de ensino, (Florianópolis e Blumenau), além de Cursos em Brusque, Itajaí e Tubarão. A matrícula foi de 2.217, havendo 1.793 aprovações e 1.395 - conclusões de cursos profissionais para adultos.

NOTA: A coleta de dados feita diretamente nas fontes e em publicações editadas pelos serviços, inclusive relatórios do - SENAI e SENAC, bem como a redação deste informe e sua impressão foram realizados pela Secretaria dos CEOSF - à rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo - Rio - GB.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA
UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

COLÓQUIOS ESTADUAIS SÔBRE A ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE ENSINO

I. Os CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização de Sistemas - de Ensino) se prendem a duas consequências extremamente importantes da Lei de Diretrizes e Bases: a descentralização da política educacional, de que resultou a criação de vinte e dois sistemas estaduais de educação, em lugar do antigo sistema único, comandado artificialmente pelo MEC; e a nôvo caráter imposto às atividades dêste.

II. Contudo, a salutar autonominação dos sistemas estaduais, que lhes permite o esforço criador autêntico, em vez da simples e mecânica repetição dos clichês recebidos do MEC, não pode efetivar-se sem a colaboração técnica que a êste incumbe oferecer. Faltam aos sistemas estaduais quadros técnicos na quantidade e, às vêzes, com a aptidão suficiente para assumirem responsabilidades que jamais tiveram. Todavia, os vinte e dois sistemas convivem dentro da unidade nacional, sendo perfeitamente possível uma política que mobilize os melhores, estejam onde estiverem, para juntos, de forma sistemática, oferecerem assistência aos Estados, ou aos seğores ainda emperrados da educação - em qualquer Estado, ou mesmo no sistema federal.

III. Essa é, de resto, a nova função dos vários departamentos e serviços do MEC. Procurando situar-se adequadamente na sistemática instituída pela Lei de Diretrizes e Bases, entendeu o INEP, ao cabo de estudos que tiveram a colaboração de vários educadores qualificados, que a mais apropriada forma de exprimir-se eficazmente a sua atuação, segundo o espírito da Lei, seria a cooperação técnica nos moldes afinal consubstanciados nos CEOSE.

IV. Que representam êsses Colóquios? quais os seus objetivos? como estão organizados? quais as suas implicações e efeitos?

A. O que representam

Os CEOSE significam a presença de uma equipe de educadores e especialistas de alto nível, junto a cada estado, realizando aquilo que se vem pretendendo inútilmente fazer através de ofícios, relatórios e outros expedientes burocráticos; ou com reduzida eficiência, através - de congressos e reuniões mais ou menos formais. Essas equipes vão realizar, por assim dizer, um trabalho artesanal, tomando problemas e soluções, não por palavras, mas operativamente: na sua origem, na sua -

significação, e sobretudo, na maneira de fazer as coisas. A teoria com parecerá nesses encontros dentro do seu justo papel, de assegurar princípios e critérios que servirão de apoio permanente à prática, evitando que esta se esgote no simples treinamento.

Os colóquios representam também a possibilidade de recolher diretamente em cada Estado informação válida sôbre o respectivo sistema educacional global e sôbre os seus aspectos mais significativos. Tem faltado em nosso país um instrumento dessa natureza na coleta de dados indispensáveis à orientação do MEC: para que este possa agir, não abstratamente, e sim, a partir da experiência real em desenvolvimento em cada Estado.

Cumpra esclarecer que a idéia, a organização da equipe e o estilo de assistência técnica consubstanciado em nosso programa se baseiam no pressuposto de que as pessoas competentes estão, em grande parte, - dispersas pelos próprios Estados, e que, em vez de propor diretrizes e idéias de uma possível instância central, cabe-nos recolher a experiência dessas pessoas e articular, ordenadamente, a sua contribuição em proveito de todo o país.

B. O que pretendem

O objetivo fundamental do nosso programa consiste em tornar efetiva a existência dos sistemas estaduais de educação. Depois de seis anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases, que os instituiu, ainda é muito tênue a sua realidade; basta atentar para a extrema debilidade dos Conselhos de Educação em alguns Estados; e onde o Conselho Estadual não constitui um dos eixos do sistema, é impossível que funcione a Lei de Diretrizes e Bases. Com efeito, cabe aos Conselhos, entre outras - prerrogativas e encargos, a elaboração dos planos de educação nos Estados: onde vem sendo cumprido tão importante mandamento legal?

Para assegurar a real implantação dos sistemas estaduais, im-- põe-se que as idéias, fórmulas e soluções recebidas em cada Estado, tanto do MEC quanto de outros Estados - às vezes por simples mimetismo sejam perfeitamente conscientizados: só a partir dessa conscientização, eles poderão saber se o que foi importado lhes convém, e, em caso afirmativo, como incorporá-lo à sua viva tessitura. A verdadeira assistência técnica, portanto, não é a que se realiza por meios burocráticos, mas por aquele processo "artesanal" que permita a elaboração e execução da idéia em cada lugar, com a mente e as mãos dos que vão realizá-la e desenvolvê-la.

Não é necessário ponderar que tal assistência estará condicionada em cada Estado às suas necessidades, ao grau e condições de seu desenvolvimento, e às intenções de sua Administração. Poderá acontecer -

que, nos lugares onde a experiência educacional tiver alcançado um nível mais alto de maturidade, a presença da equipe represente sobretudo a oportunidade de um confronto de pontos de vista, e de uma troca de experiências. Tal fato não retiraria à cooperação técnica o seu valor, dado o sentido particularmente fertilizador dêsse còtejo.

C. A Organização da Equipe

Tendo em vista a necessidade de especialistas altamente categorizados, planejou o INEP a constituição de uma equipe, com educadores brasileiros e peritos da UNESCO, sob a coordenação do Prof. Durmeval-Trigueiro Mendes. Os peritos da UNESCO são os professores Michel Debrun e Jacques Torfs; quanto aos especialistas brasileiros, está previsto um sistema flexível de convocação que permita o seu revezamento, já que o grande número do Colóquios e o largo período de tempo que se vão desdobrar, torna impraticável a presença permanente das mesmas pesoas na equipe. A relação dêles será comunicada ao Estado interessado antes de cada Colóquio.

D. Métodos de Trabalho

O programa em cada Estado terá a duração média de 4 dias e desenvolver-se-á tendo em vista:

a) O diagnóstico da situação com a indicação de medidas administrativas e técnicas que possam conduzir à implantação de novas estruturas ou mecanismos no sistema de educação do Estado e na organização da respectiva Secretaria de Educação; b) a discussão de idéias que devam lastrar a sua política de educação. c) o planejamento educacional.

E. Implantação e Efeitos

Não será apreendido o verdadeiro sentido dos CEOSE sem a perspectiva de seus desdobramento no futuro; por outras palavras: os oito dias dos CEOSE não se destinam a resolver, mas a revolver; representam, antes de tudo, o desencadear de um processo que vai reclamar continuidade.

A eficiência dos Colóquios poderá ser imediata ou mediata, de acôrdo com a natureza de cada problema, para alguns a solução pode resultar do próprio encontro; para outros, não se poderá ir além de indicações, a modo de roteiros, entregues à boa vontade e ao dinamismo das administrações.

Sendo inevitável a projeção no futuro dos problemas suscitados nos CEOSE e das soluções que êles apenas iniciam, procurará o MEC escolher o adequado instrumento de sustentação dêsses esforços, ou seja, a institucionalização de uma verdadeira política de assistência técnica aos sistemas estaduais de educação.

Fundação Educacional da Santa Catarina
Universidade Para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
Faculdade de Educação
Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE)

COLOQUIO ESTADUAL SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE ENSINO

Documento nº 2

"Conclusões e Aconselhamentos" apresentados nas pp. 148/152 - de pesquisa "sobre as condições do processo educacional de Santa Catarina", elaborado pelo CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS da FACULDADE DE EDUCAÇÃO.

Os dados que apresentamos nos capítulos anteriores dêste trabalho, permitem a compreensão de que o processo educacional em vigor no Estado de Santa Catarina tem carência tanto na sua estrutura, quanto na sua funcionalidade. Assim sendo, e frente aos elementos que apontamos - no capítulo anterior, parece-nos óbvio que é necessária a imediata tomada de consciência da situação em que nos encontramos, a fim de possibilitar a procura dos caminhos a seguir.

Assim sendo, recapitulemos as conclusões subjacentes a cada nível de ensino que abordamos e à organicidade funcionalidade da máquina administrativa responsável pelo processo educacional:

1. O ensino pré-primário carece de tãda e qualquer regulamentação - e sua existência em Santa Catarina deve-se quase que exclusivamente à ação particular;
2. O número de alunos atendidos pelos diversos estabelecimentos de ensino pré-primário é de apenas 9 050 e a quase totalidade dêsses é oriunda das camadas médias e altas da sociedade;
3. As Inspetorias Escolares, as Inspetorias Regionais e a própria SEC não mantêm qualquer contrôle sobre êsse tipo de ensino, ocorrendo inclusive a existência de um estabelecimento que não ministra suas aulas em português;
4. Não há uniformidade entre os diversos professores, diretores e autoridades escolares quanto aos objetivos do ensino pré-primário, de maneira que cada estabelecimento segue uma orientação;
5. A quase totalidade dos estabelecimentos de ensino primários de Santa Catarina pertence à rãde estadual;
6. Apenas 29% do professorado primário é normalista de 2º ciclo. Dos demais, 28% são Regionalistas, 30% não titulados e 13% substitutos. Entretanto, existem na rãde estadual 1 188 Normalistas e outros 2 315 professores de várias categorias que, embora fazendo parte do quadro funcional, não estão atuando diretamente no ensino primário. Nos quadros municipais a incidência de nor-

malistas é mínima;

7. Considerando as três rêdes de ensino, 84% do número de estabelecimentos é representado por escolas isoladas;
8. Considerando a matrícula das 3 rêdes na 1ª série em 1962 e o nº de egressos da 4ª série em 1965, a evasão foi de 77%. Nas diversas rêdes e séries, em 1965, a reprovação atingiu a média de 36%;
9. Há necessidade de se estabelecer um currículo escolar adequado às necessidade regionais;
10. A distribuição do ano escolar não obedece às condições regionais;
11. O ensino supletivo atende apenas a 5 978 pessoas;
12. A educação especial não tem sido alvo de preocupações do poder público;
13. A ampliação do ensino primário até a 6ª série é desejada pela maioria dos informantes nos termos tradicionais de "ampliar os anos de informação";
14. O ensino médio concentra-se nas rêdes estadual e particular, que abrigam, respectivamente, 61% e 37% dos jovens matriculados nesse nível de ensino;
15. O ensino técnico (Agrícola, Industrial e Comercial) abriga pequena parcela de jovens e é pouco solicitado pelas autoridades regionais e municipais;
16. Os Ginásios e Colégios Normais não atendem somente àqueles que pretendem ser professores;
17. 43% dos professores que atuam nas diversas rêdes de ensino médio são normalistas;
18. Os vencimentos dos professores de ensino médio não chegam motivar a atração de pessoal devidamente habilitado;
19. Os diversos órgãos responsáveis pelo patrocínio e controle dos diversos tipos de ensino médio atuam isoladamente e através de uma ação exclusivamente burocrática;
20. A totalidade das inspetorias regionais não estão organizada de acordo com o decreto nº 1 727 e os inspetores atuam sem obedecer a um planejamento global;
21. Os Inspetores Regionais de Educação e Escolares são em regra Normalistas e a maioria concluiu o curso na década 40/50. Apenas 8 dos inspetores possuem superior;
22. Existe uma sobrecarga de trabalhos burocráticos, motivados por uma máquina administrativa tradicional, que impede ao inspetor o cumprimento de suas tarefas pedagógicas;
23. Há triplicidade de esforços quanto à orientação do professor, pois que atuam nesse sentido o Inspetor, o Supervisor e o Orientador Pedagógico;

24. A maioria dos municípios não tem serviço organizado de educação e raros são os que possuem inspetor escolar próprio;
25. Muitos municípios não estão cumprindo a legislação vigente quanto à aplicação de recursos em educação, pois dedicam parcelas - dêsses recursos à prática de assistência social e logram transferir para a rede estadual suas unidades escolares. Assim, há alguns municípios que não possuem sequer uma unidade escolar;
26. Apenas 43 prefeituras municipais utilizaram os dados do censo - escolar (formulário CE 1) para chamar suas crianças à matrícula escolar;
27. Os vencimentos dos professores municipais são extremamente baixos;
28. Os recursos orçamentários destinados à manutenção da rede estadual foram, no corrente ano, da ordem de Cr\$ 20 099 870 185 , resultando num custo aluno de Cr\$ 55 461, enquanto os municípios - dispuseram de Cr\$ 2 559 503 376, resultando num custo aluno de Cr\$ 81 303;
29. A estrutura administrativa da SEC, nos termos da Lei nº 2 975 , não está funcionando integralmente. Além disso, há falhas nessa estrutura, além de não haver pessoal administrativo habilitado que garanta sua funcionalidade;
30. Não há homogeneidade de ação entre os diversos Departamentos da SEC, como também não há um plano global que envolva a ação dêsses Departamentos;
31. Os diversos organismos que atuam no processo educacional, mantidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, entidades partilhadas, realizam suas atividades isoladamente.

A partir dêsses tópicos, fácil se torna compreender que (I) a máquina administrativa responsável pelo processo educacional não tem ação corrente e sistemática, de maneira que funciona sem qualquer perspectiva global do processo que é sua própria razão de ser e (II) não há ainda em Santa Catarina uma filosofia da educação aceita por todos os responsáveis que venha a fornecer orientação a todos quanto necessitam tomar decisões, quanto aos caminhos a seguir. A implantação de serviços novos, a existência de 3 503 professores desligados da regência de classes, a disponibilidade de técnicos, a criação de estabelecimentos de ensino médio por motivações estranhas ao processo, a influência da política partidária no tomar de qualquer decisão, a falta de entendimento das autoridades educacionais quanto ao que se deve atingir, a falta de perfeita compreensão do papel da educação numa sociedade em desenvolvimento, a falta de organização e controle dos diversos serviços educacionais, etc., etc., comprovam a insuficiência da máquina administrativa existente e a falta de rumo filosófico da educação capaz de fornecer diretrizes seguras.

De outra parte, e considerando que o Estado está caminhando - num processo irreversível de desenvolvimento, cabe a tomada de posição - no sentido de que o sistema de ensino em vigor se enquadre harmoniosa-- mente naquele processo. Aliás, esta foi a motivação que determinou a elaboração, por alguns administradores ligados ao processo educacional, de trabalhos que procuram nortear a sistemática educacional, os quais - não sòmente foram base para o estabelecimento dos Planos de Metas, como também para a criação da Universidade para o Desenvolvimento de Santa - Catarina. (1) Contudo, para a concretização daquela tomada de posição, acreditamos que se faz necessário:

A ORGANIZAÇÃO DE UM GRUPO DE TÉCNICOS DE ALTO NÍVEL QUE, ATRAVÉS DA COLABORAÇÃO DE ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, ELA BORE O PLANEJAMENTO INTEGRAL DO PROCESSO EDUCACIONAL CATARINENSE, A JUSTANDO-O AOS PLANOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E DETER- MINANDO AS MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS E FUNCIONAIS QUE SE FAZEM NECES- SÁRIAS NA MAQUINA ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELO CONTRÔLE E DESEN- VOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.

- x - x - x - x - x - x - x -

"COLÓQUIO ESTADUAL PARA A ORGANIZAÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO" (CEOSE)

SANTA CATARINA

PLANO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL

1. DEFINIÇÕES

Planejamento, planejar e planos são palavras e conceitos - usados com grande frequência. Mas, muito mal compreendido, em regra geral. É, pois, conveniente tecer aqui alguns comentários sobre seu conteúdo e suas implicações.

Planejamento é um processo que permite a realização dos objetivos e metas fixadas pela coletividade.

O Plano educacional estadual estabelecerá metas e objetivos, em função das metas gerais do plano econômico, social e cultural da Nação, do Plano de Educação Nacional, dos planos econômicos, sociais e culturais do Estado. Levará em conta as previsões das necessidades em mão-de-obra e profissionais; os objetivos de melhoria social do Governo e as aspirações culturais da comunidade.

O plano educacional estadual descreverá os meios de realização desses objetivos, ou seja, a política educacional estadual e as medidas administrativas, econômicas, financeiras, e pedagógicas que deverão ser mobilizadas durante um período definido, para assegurar a realização, total ou parcial, dessa política e dos objetivos. A descrição das medidas será detalhada, geográfica e funcionalmente, e - constituir-se-á em plano de trabalho da Secretaria, ficando seus órgãos executivos encarregados de cumpri-lo dentro dos prazos previstos.

Este planejamento, para ser válido, deverá ser completo e integral, ou seja, abarcar todas as formas e níveis de ensino e assegurar harmoniosa utilização dos vários instrumentos de decisão e execução. É impossível planejar a educação primária, sem planejar a média ou, desenvolver o sistema estadual de ensino, sem levar em conta a evolução dos sistemas municipais ou particulares.

2. REQUISITOS

Existem em Santa Catarina condições propícias à elaboração de um Plano educacional.

- (a) Os planos e estudos do desenvolvimento econômico e social da União e do Estado são suficientemente adiantados para permitir a definição de objetivos econômicos e sociais gerais para um Plano Estadual de Educação.
- (b) O Estado dispõe de técnicos competentes em estatísticas, planejamento e pedagogia.
- (c) Também dispõe da informação técnica especializada e de parte das estatísticas educacionais necessárias.

3. CONTEÚDO DO PLANO. PRAZO.

Nessas circunstâncias, recomenda-se dar início imediato aos trabalhos de elaboração do Plano.

O documento BD, anexo, descreve a lista dos temas que deverá desenvolver e dos trabalhos que deverá apresentar.

O plano educacional, em linhas gerais, será estabelecido para um período de vinte anos, prazo durante o qual pode efetuar-se a formação completa do cidadão, desde a escola pré-primária aos últimos anos da universidade.

O plano apresentará uma forma mais especificamente detalhada para um período de cinco anos, prazo durante o qual as perspectivas da evolução econômica e financeira e a orientação geral do Estado podem ser previstas com precisão maior.

Os planos de 5/20 anos serão revistos anualmente e substituídos por novos planos de uma duração igual. Assim, elaborar-se-á em 1967 o plano 1968-1972-1987, e em 1968 o plano 1969-1973-1988.

O primeiro ano de cada plano de 5/20 anos definirá em todos os seus detalhes o orçamento-programa para o ano seguinte.

A realização dos planos deve ser supervisionada e controlada de maneira contínua. Os órgãos administrativos apropriados para

assegurá-los são as assessorias, cuja criação estava proposta no capítulo do relatório dos CEOSE, relativo à reforma administrativa.

4. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.

O melhor dos planos pode transformar-se em exercício intelectual - sem qualquer utilidade, se não existir o desejo de realizá-lo. Também não será possível executá-lo, se faltarem os instrumentos administrativos apropriados.

Todo o alto pessoal da Secretaria manifestaram o desejo de adequar a reforma administrativa da Secretaria às exigências do planejamento.

É este fator altamente favorável: a existência de uma estrutura administrativa apropriada é tão indispensável, que se deve considerar a reforma da administração como parte do próprio Plano.

5. INSTRUMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO

Pelas razões indicadas, a descrição dos instrumentos a serem utilizados no estudo e elaboração do Plano, incluem aqueles necessários para o estudo e a elaboração da Reforma Administrativa.

Pela descrição de sua constituição e funções, concluir-se-á que todos os temas que interessam aos planejadores, interessam, inevitavelmente, aos técnicos da reforma, e que não poderão realizar um trabalho útil sem coordenar seus esforços de maneira contínua.

Para adiantar a elaboração do Plano e as atividades paralelas indispensáveis à sua boa execução, será necessário criar três comissões, de Planejamento, de Informações e Formulários e de

Contrôle e Classificação de dados, Estas comissões terão como funções e estrutura:

(a) Comissão de Planejamento

O trabalho da Comissão de Planejamento consistirá principalmente na elaboração do Plano Estadual de Educação, que conterá todos os objetivos, programas, cálculos e a legislação descritos/ no documento BD, anexo.

Devido à natureza do material que deve ser incluído no Plano, a Comissão deverá ter entre seus membros:

- um economista
- um especialista em estatística e interpretação estatística.
- um educador
- um especialista em administração pública

A Comissão terá a responsabilidade eminente pela elaboração e redação do Plano. Obterá as informações e orientações necessárias através de:

- i - seus próprios estudos e recursos;
- ii - estudos e amostragens realizados por firmas privadas, pelo Centro de Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, e pelas demais organizações do Estado.

Uma das primeiras tarefas da Comissão será definir os estudos que deverão ser realizados por essas entidades;

- iii - a assessoria de cinco grupos de trabalho, assim:

1º - Grupo de Objetivos Educacionais

Este grupo participará da descrição da filosofia / educacional do Plano (Capítulo I do Documento BD) e será composto de educadores, chefes dos departamentos técnico-pedagógicos da Secretaria e da Diretoria do Centro de Pesquisas Educacionais, assim como de economistas.

- 2º - Este grupo, que contribuirá na preparação do texto/ definitivo da Reforma, de acordo com os estudos preliminares realizados pelo pessoal da Secretaria, e de acordo com as recomendações

recomendações dos CEOSE, será integrado por especialistas em administração pública e escolar, e por advogados.

3º - Grupo de Orientação Econômica

Este grupo, de economistas, definirá os objetivos do ensino médio do 2º ciclo, do ensino superior e da educação de adultos.

4º - Grupo de Orientação Financeira

Este grupo, de economistas e administradores, estudará os recursos financeiros disponíveis para a realização do plano.

5º - Grupo de Custos

Este grupo integrado por economistas e engenheiros, assessorará a Comissão de Planejamento em todos os assuntos relacionados com custos unitários do ensino, salários, custos de construção e conservação, etc.

A Comissão de Planejamento consultará regularmente o Secretário de Educação, o Conselho Estadual de Educação, assim como todas as organizações do Estado interessadas em Planejamento ou Educação e particularmente a Plameg e a Faculdade de Educação.

O Plano será apresentado para aprovação prévia do Secretário e aprovação final do Conselho Estadual.

Para assegurar a devida independência da Comissão do Planejamento durante o período de elaboração do Plano e, a continuidade dos trabalhos de planejamento, depois da apresentação do primeiro plano Educacional, a Comissão deveria ser instituída na forma de uma Fundação.

Administrativamente, esta Fundação deverá ser identificada a uma Assessoria da Secretaria.

(b) Comissão de Informações e formulários

Para simplificar os processos administrativos e dispor das informações necessárias para assegurar o desenvolvimento e a fiscalização permanente do Plano, recomenda-se organizar, para todos os serviços da Secretaria, um sistema central de

cadastro e informação, operado pelo Departamento Administrativo da Secretaria.

Este sistema será o instrumento único, através do qual os demais departamentos, assessorias, etc, poderão obter as informações sistemáticas de que necessitam para basear as suas decisões e atividades: não poderão dispor de divisões, ou setores administrativos autônomos.

Isto implica em que o Departamento Administrativo deverá conhecer perfeitamente as necessidades de cada uma das demais organizações da Secretaria.

A finalidade da Comissão será definir essas necessidades.

Esta Comissão, integrada por todos os altos funcionários da Secretaria, assessores, chefe de escritório de pesquisas e alguns Inspetores e Supervisores, definirá:

- 1º - O tipo de informação quantitativa e qualitativa de que necessitarão dada um dos serviços da Secretaria e o Conselho, para realizar os seus trabalhos rotineiros e os que implicam na elaboração e execução do Plano.
- 2º - A parte destas informações que deverá ser coletada pela Secretaria e a parte a ser obtida pelas outras organizações dependentes do Governo do Estado.
- 3º - A estrutura e o texto dos formulários a serem preenchidos pelos professores, regentes, inspetores, supervisores, para fornecerem regularmente as informações necessárias.
- 4º - A periodicidade na coleta das informações.

(c) Comissão de Contrôlo e Classificação de Dados

Recomenda-se que todas as informações necessárias para a elaboração do Plano, assim como para seu desenvolvimento e execução, todas as informações do sistema centralizado de cadastro e informações, sejam integradas nas fichas do sistema eletrônico de controle e classificação de dados da Universidade.

A Comissão de Contrôlo e Classificação de Dados, composta por engenheiros especialistas em computadores, de economistas e de especialistas em administração, deverá assegurar o melhor aproveitamento do sistema eletrônico e também, definir, de antemão e de maneira absolutamente clara, os tipos de operações que não poderão ser realizadas eficientemente através do computador.

Especificamente, a Comissão deverá:

- 1º - Examinar todos os formulários e questionários a presentados pela Comissão de Informações e Formulários e compatibilizá-los com as exigências dos sistema eletrônico.
- 2º - Estudar a forma pela qual o sistema eletrônico po derá dispensar uma informação contínua aos diversos órgãos da Secretaria e estudar se esta forma é compatível com as necessidades.
- 3º - Estudar os custos de operação do sistema eletrônico, comparando-os com os custos de sistemas mecânicos ou tradicionais.
- 4º - Se fôr aconselhável, recomendar a utilização de um sistema misto de informação e administração, no qual o computador só será utilizado para realizar parte das operações necessárias.